



Instituto Superior de Educação e Ciências

Mestrado em Ciências da Educação

Especialização em Supervisão Pedagógica

Relatório de Atividade de Desenvolvimento Profissional

Autora: Maria Adélia Gonçalves Abrunhosa

Orientador: Prof.º Doutor Reis Jorge

2012

Instituto Superior de Educação e Ciência
Mestrado em Ciências da Educação
Especialização em Supervisão Pedagógica

Relatório de Atividade de Desenvolvimento Profissional

Autora: Maria Adélia Gonçalves Abrunhosa

Orientador: Prof.º Doutor Reis Jorge

2012

Índice

Resumo	
Introdução.....	1
1. Experiência profissional na área da Supervisão Pedagógica	
1.1 Representante e Delegada de Grupo.....	3
1.2 Orientadora de Estágio.....	4
1.3 Coordenadora de Departamento.....	5
1.4 Diretora de Turma.....	9
1.5 Diretora Pedagógica.....	10
1.6 Formação Contínua.....	12
1.7 Professora Titular.....	12
1.8 Projetos de desenvolvimento Educativo.....	13
2. Reflexão crítica sobre o cargo de Diretora Pedagógica.....	15
2.1. Enquadramento teórico.....	16
2.2. Reflexão Crítica	
2.2.1 Desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.....	22
2.2.2 Atividades.....	26
2.2.3 A Escola e a Família.....	28
2.2.4 A Escola a cultura e o meio.....	30
2.2.5 A defesa do património cultural.....	31
2.2.6 O trabalho colaborativo.....	32
3. Conclusão.....	37
Referências Bibliográficas	
Anexos	

Introdução

Pensar na supervisão pedagógica é refletir sobre a prática docente.

Tal como referem Alarcão e Tavares os supervisores são:

peças vitais numa escola constituída como uma organização que aprende ao longo da vida, porque sabe interpretar a sua história passada, ler a sua realidade presente e planificar o seu futuro na flexibilidade que só a abertura ecológica e o sentido de missão institucional conseguem proporcionar. Uma escola com memória, ambição, projeto. Nessa escola pretendemos atribuir-lhes as funções de líderes na aceção que acima adotámos (2003:148).

A supervisão pedagógica é um espaço de reflexão de todo o processo de ensino e aprendizagem numa dimensão científica, pedagógica e pessoal.

Alterações recentes na legislação que regula o Estatuto da Carreira Docente, a Avaliação de Desempenho Docente e as propostas de alteração ao Regime de Autonomia e Gestão vêm colocar em relevo as funções supervisivas e uma maior responsabilização por parte das escolas nas estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, levando ao desenvolvimento de competências e a uma procura de formação específica.

A crescente diversidade na sociedade, a democratização do ensino, a autonomia das escolas, o alargamento da escolaridade obrigatória, a diversidade cultural e o direito de todos os alunos ao sucesso educativo e à igualdade de oportunidades criam contextos de aprendizagem muito diversificados, tornando o processo educativo muito complexo, sendo a escola um sistema aberto, continuamente em mudança, e sujeito a constantes adaptações e transformações dentro do contexto social, cultural e económico em que se encontra.

Também o professor está continuamente sujeito a constantes adaptações e transformações, dentro e fora do contexto da sala de aula, tornando-se necessário que se empenhe no desempenho de uma profissão muito complexa e exigente e que possua a capacidade de mobilizar um conjunto de saberes para a construção da sua identidade profissional. “As instituições à semelhança das pessoas, são sistemas abertos. Estão em permanente interação com o ambiente que as rodeia, que as estimula ou condiciona, que lhes cria contextos de aprendizagem” (Alarcão, 2000:17).

É através da reflexão das práticas exercidas, tomando consciência delas, que o professor desenvolve o seu conhecimento e aprende continuamente ao longo da sua vida. “Os professores são portadores de experiências profissionais e de um saber experiencial, talvez ainda tácito e pouco refletido, mas um saber de grande potencial” (Alarcão e tavares, 2003:142).

Através da reflexão, promove-se a formação de professores e supervisores.” O pressuposto de que o bom professor é um prático reflexivo está associado a dois outros pressupostos: a formação constitui um processo dinâmico, evolutivo e permanente e a prática é geradora de teoria” (Vieira, 2010:18).

O supervisor deve ser consciente e procurar também formação que contribua para o desenvolvimento pessoal e profissional, podendo assim desenvolver mecanismos de adequação a novas realidades numa base teórica sustentada.

Uma formação contextualizada que exija reflexão crítica e maturação possibilita que o professor possa responder adequadamente às exigências do desempenho profissional.

É neste contexto que se insere o presente trabalho.

Pretende-se refletir sobre a importância do papel do Supervisor Escolar na atualidade, analisar determinados aspetos da experiência profissional pessoal ao nível da Supervisão Pedagógica, adotando uma postura crítica, reflexiva e contextualizada ao interligar a teoria, a prática e a pedagogia. O supervisor “deve olhar para a escola como uma verdadeira comunidade de pessoas que age, interage, aprende e se desenvolve, digamos, como uma verdadeira comunidade educativa, de conhecimentos aprendizagem e desenvolvimento” (Alarcão, 2000:58).

Ao longo da vida profissional, exerci funções de Supervisão Pedagógica no ensino genérico, ensino profissional e ensino vocacional da música em várias zonas do país (Lisboa, Algarve e Beira Interior).

O que aqui se apresenta é uma reflexão retrospectiva sobre a ação, considerando que terei de recorrer à memória, com o risco que tal acarreta de olhar para trás já com a vivência do presente. Não obstante, nada inviabiliza que tal exercício se faça de forma consciente e reflexiva.

1. Experiência profissional na área da Supervisão Pedagógica

1.1 Representante e Delegada de Grupo

Do ano letivo 94/95 ao ano letivo 96/97 exerci o cargo de representante do grupo de Educação Musical (2.º ciclo) e do ano letivo 2003/2004 ao ano letivo 2004/2005 o cargo de delegada da disciplina de Educação Musical e da disciplina de Música (3.º ciclo). Os cargos foram desempenhados em duas escolas do ensino regular no Distrito de Lisboa onde fui professora do quadro de nomeação definitiva.

Como representante dos grupos disciplinares de Educação Musical e Música no conselho pedagógico, desempenhei várias funções tais como a participação na elaboração do projeto educativo e plano anual de atividades.

Na planificação e coordenação das atividades de grupo foi tido em conta todo o contexto educacional, pois só assim se consegue eficácia pedagógica.

Num trabalho colaborativo entre os membros dos vários grupos verificaram-se os programas e fizeram-se propostas curriculares diversificadas em função da especificidade de alunos e grupos de alunos, e do meio. Coordenei a elaboração dos planos a longo e médio prazo, tendo sido definidos os critérios de avaliação por ciclos de ensino e os objetivos mínimos a atingir. Presidi as reuniões de grupo e apresentei ao Conselho Pedagógico um relatório crítico anual do trabalho desenvolvido. Apresentei propostas do grupo ao Conselho Pedagógico tendo em vista a promoção e melhoria da qualidade pedagógica e coordenei a elaboração dos planos de atividades, fomentando o trabalho colaborativo e a troca de experiências.

Refletindo sobre o trabalho desenvolvido, penso que assegurei de forma positiva a articulação entre os professores do grupo, e promovi a comunicação e formas de trabalho cooperativo fomentando a investigação na ação e a reflexão crítica. Tentei interagir de forma adequada com pessoas com diferentes características e em contextos sociais e profissionais distintos, gerindo eficazmente, na globalidade, os conflitos.

1.2 Orientadora de Estágio

No ano letivo 95/96 fui Orientadora de Estágio, tendo prestado todo o apoio possível aos professores em profissionalização em serviço (ver anexo 1).

Inicialmente a habilitação profissional dos professores de música era adquirida fora da formação inicial, podendo-se identificar os modelos da seguinte forma: o modelo de estágio clássico, anterior a 1980; o modelo de formação em serviço, centrado na escola, designado por “profissionalização em exercício” o qual vigorou entre 1980 e 1985 e era assegurado por equipas de apoio pedagógico nomeadas pelo Ministério da Educação. Este modelo de formação, “profissionalização em exercício”, foi justificado, na altura da sua criação (1979), como medida necessária, mas transitória, para profissionalizar os docentes existentes no sistema que apenas possuíam a habilitação académica; o modelo organizado pelas novas escolas superiores de educação e por algumas universidades a partir de 1985 teve a designação de “formação em serviço”, tendo vindo a alterar a designação a partir de 1989 para “profissionalização em serviço”.

Com a introdução dos ramos educacionais nas Universidades Escola Superiores de Música e Escolas Superiores de Educação na formação inicial de professores, passou a ser da responsabilidade destas instituições conferir habilitação profissional aos professores.

O conceito de Supervisão pedagógica aparece numa primeira fase associado ao acompanhamento de estágios de formação inicial de professores e profissionalização em serviço; ter sido orientadora de professores que realizavam a profissionalização em serviço teve vantagens na medida em que os estagiários já se encontravam em contacto com a realidade da escola e o seu contexto, possibilitando a uma melhor articulação entre a teoria e a prática, já que as atividades desenvolvidas eram contextualizadas:

A conceção da escola na atual conjuntura implica que se pense a supervisão e a melhoria da qualidade das aprendizagens que lhe está inerente por referência não só à sala de aula, mas a toda a escola e não só aos professores isoladamente, mas aos professores na dinâmica das suas interações, inseridos em uma escola que se quer dialogante, aprendente e qualificante (Alarcão e Tavares, 2003:144).

A formação do futuro profissional deve incluir uma forte componente de reflexão a partir de situações práticas reais.

Num cenário reflexivo ajudei os professores estagiários a interiorizarem a capacidade de estudarem a maneira como ensinam e de a melhorar com o tempo, responsabilizando-os pelo seu próprio desenvolvimento profissional.

Em colaboração com o professor estagiário, envolvi-me em estratégias de pesquisa e investigação: relacionando o conhecimento didático desenvolvido e a construção da identidade profissional num cenário reflexivo e colaborativo contribui para o desenvolvimento da autonomia do professor estagiário.

1.3 Coordenadora de Departamento

Exerci o cargo de Coordenadora de Departamento das disciplinas da Área Científica do ano letivo 1999/2000 ao ano letivo 2001/2002 na Escola Profissional de Artes da Beira Interior (Professora Requisitada).

A Escola Profissional de Artes da Beira Interior-EPABI- é uma escola do ensino artístico da música. Este subsistema alternativo, do ponto de vista institucional e organizacional, apela à iniciativa de diferentes promotores, à autonomia da escola e a novos modelos curriculares e pedagógicos.

Foi criada a 3 de Setembro de 1992 (ver anexo2), mediante Despacho Conjunto do Ministério da Educação e do Emprego e Segurança Social, tendo como entidades promotoras o Conservatório e a Câmara Municipal da Covilhã.

Os objetivos pedagógicos e da formação profissional são assegurados pela Direção Técnico-Pedagógica.

A Direção Técnico- Pedagógica da EPABI é constituída por um Diretor Pedagógico, um professor coordenador da Área Sociocultural (Português, Língua Estrangeira, Ciências Físicas e Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Matemática), um professor coordenador da Área Científica (Formação Musical, Formação Auditiva, Análise e Técnicas de Composição, História da Música, Acústica) e três professores coordenadores da Área Artística (Grupo das Cordas, Grupo de Madeiras e Grupo de Metais e Percussão).

Dei ao Conselho Pedagógico toda a colaboração que me foi solicitada.

As Escolas Profissionais ministram cursos de nível II e de nível III que conferem, respetivamente, diplomas Técnicos de Nível II ou Profissionais Qualificados e diplomas de Técnicos de Nível III ou Profissionais Altamente Qualificados.

Os primeiros, com equivalência ao 9.º ano de escolaridade, permitem o ingresso dos alunos no ensino secundário, e os segundos, com equivalência ao 12.º ano, possibilitam a candidatura ao ensino superior. As Escolas Profissionais gozam de autonomia administrativa, financeira e funcional. Desenvolvem um modelo de ensino integrado e a maioria dos cursos criados incidem na formação de instrumentistas (Decreto-Lei n.º49/98).

Pela sua especificidade, ensino da música tem de iniciar-se muito cedo, constituindo assim uma opção vocacional precoce em relação à generalidade das escolas profissionais, que só ministram cursos a partir do nível III. Por este motivo, o ensino profissional da música começa logo no ensino Básico (nível II), contrariamente a outros percursos vocacionais.

Também o estudo do instrumento exige um trabalho regular e diário, ocupando várias horas por dia, daí que este tipo de ensino seja o mais adequado, visto os alunos terem na escola as disciplinas de componente sociocultural, científica e artística.

Os alunos, ao ingressarem neste modelo de ensino, têm de realizar testes de admissão para se avaliar a aptidão vocacional adequada à admissão, bem como os conhecimentos que vierem a ser definidos como suficientes para cada área artística. Relativamente às responsabilidades que me foram atribuídas, supervisionei, realizei e corriji testes de admissão de formação musical e formação auditiva.

A Escola inscreve-se numa zona isolada periférica e sobretudo, bastante carente. A área de influência abrange toda a Região Centro e Alto Alentejo, mas é frequentada por alunos de todo o país.

Como coordenadora, preparei e participei nas reuniões pedagógicas e contribui para a elaboração do projeto educativo, Regulamento Interno e Plano Anual de Atividades. Tive sempre em conta as necessidades da região, as necessidades dos alunos e das famílias, as suas raízes e as suas tradições, tanto na elaboração do plano de atividades, como na apresentação de atividades e estratégias a desenvolver.

No exercício da sua autonomia pedagógica, cada escola profissional pode recorrer a vários modelos de formação, em que o trabalho fora da escola não é adicionado à carga horária e é um recurso da gestão e desenvolvimento do currículo. Assim, este tipo de formação pode assumir modalidades diferentes e tem como

finalidade desenvolver competências técnico-científicas comuns aos diversos contextos profissionais. Para além das atividades de ensino, relevante é referirmos a formação nas três áreas do plano de formação, sociocultural, científica e artística; as atuações das Orquestras e agrupamentos de Música de Câmara da EPABI tornam-nas agentes dinamizadores culturais, contribuindo para o desenvolvimento social, económico e cultural da comunidade em que se inserem (ver anexo 3).

Particpei na preparação e organização de audições, recitais e concertos como forma de trabalho colaborativo e interdisciplinar e interdepartamental ao longo de todos os períodos. A escola participa regularmente em concertos com várias formações possíveis que vão desde duos aos grupos de Música de Câmara e Orquestra Sinfónica, contribuindo para o trabalho colaborativo entre professores e alunos e para a descentralização, em termos de atividade cultural.

Como coordenadora, propus ao conselho pedagógico o desenvolvimento de componentes curriculares locais e a adoção de medidas destinadas a melhorar as aprendizagens dos alunos, tendo em conta que os alunos das escolas profissionais têm de, desde muito cedo, tocar para a comunidade, sabendo desde muito novos que não tocam para eles, mas para fruição de todos: para além da prática instrumental, há que desenvolver a capacidade de apresentação em público, o que implica um trabalho rigoroso na apresentação em público para desenvolver competências atitudinais e procedimentais que possibilitem maior segurança e serenidade na exposição.

De acordo com a legislação, o coordenador deve “promover a realização de atividades de investigação, reflexão e de estudo, visando a melhoria da qualidade das práticas educativas” (Decreto-Lei n.º 115-A/98 e o Decreto Regulamentar n.º 10/99). A reflexão crítica sobre o trabalho que fui desenvolvendo possibilitou a alteração e adequação em diversas atividades e a reformular instrumentos, procedimentos e materiais aquando de novas aplicações.

As atividades representam o fruto de muito trabalho, muitas horas de estudo do instrumento, mas são compensadas pelas alegrias vividas, pelas emoções transmitidas e despertadas e pelo convívio que se proporciona entre alunos e entre alunos e professores. O plano de atividades da escola é, assim, demasiado intenso, muitas vezes prolongando-se para apresentações e concertos abertos ao exterior e no exterior durante o fim de semana.

Contudo, e na generalidade, os alunos do ensino artístico, fruto da especificidade da prática musical conjunta, revelam um assinalável sentimento de pertença em relação

à Escola, e desempenham um importante papel na programação e na concretização das diversas atividades.

É de referir a alegria e a satisfação visíveis em cada dia, em cada etapa. Nesta Escola os alunos ingressam por opção e talento: daí manifestarem grande empenho na participação das atividades extra-letivas.

De acordo com a legislação em vigor, os programas são elaborados pelas escolas e, posteriormente, pelo Departamento do Ensino Secundário, estando organizados segundo uma estrutura modular, ou seja, uma sequência de pequenas unidades de aprendizagem facilmente ajustáveis ao ritmo individual de cada aluno.

Participei na elaboração dos programas das disciplinas da área das disciplinas do científico tendo em conta as características dos alunos, as turmas, o tipo de ensino e o meio envolvente.

Analisei e refleti sobre medidas de gestão flexível dos currículos e outras medidas destinadas à melhoria das aprendizagens de forma a prevenir a exclusão selecionando modelos pedagógicos, métodos de ensino e de avaliação coerentes com o projeto educativo da escola e adequados à variedade dos interesses e capacidades dos alunos.

Por isso o plano de estudos pretende dotar os alunos de competências transversais através da participação dos alunos em projetos de ligação entre a escola, a comunidade e o mundo do trabalho. Foram desenvolvidas estratégias de ensino face à diversidade dos alunos, aos meios e recursos disponíveis, nomeadamente audiovisuais e informáticos através da realização de seções de trabalhos de grupo com os diversos professores das disciplinas da área científica.

No final de cada curso como coordenadora participei na preparação das Provas de Aptidão Profissional. Estas provas (P.A.P.) desenvolvem-se ao longo do curso, de acordo com regulamento específico, como atividade curricular, e revestem-se de um carácter de participação ativa em ações (dentro e fora da escola) integradas em Projetos e em função da continuação de estudos a nível superior ou de perspetivas futuras de integração profissional (ver anexo 4).

Fomentam a articulação e o trabalho colaborativo interdepartamental e interdisciplinar. Também os projetos devem ser o reflexo do interesse específico dos alunos por determinado domínio da formação, e neles, as componentes teórica e prática devem conjugar-se de forma complementar e criativa, tendo no entanto de contemplar o

objetivo primeiro da formação, isto é, desenvolver as aptidões dos estudantes enquanto músicos, atividade prática constante.

O sentido prático deste tipo de ensino permite conferir carteiras profissionais. No entanto, a grande maioria dos alunos continua os seus estudos no ensino superior, procurando aperfeiçoar a sua formação no prosseguimento de estudos.

De realçar que os concursos externos e o significativo número de alunos que prosseguem os seus estudos noutros países são importantes e válidos indicadores da qualidade do ensino ministrado na escola.

1.4 Diretora de Turma

Do ano letivo 94/95 ao ano letivo 96/97 e ano letivo 2003/2004 desempenhei o cargo de diretora de turma no ensino Básico Genérico.

Exerci também o cargo de Diretora de Turma do ensino profissional nível III do ano letivo 2000/2001 ao ano letivo 2002/2003.

Dentro das funções inerentes a este cargo destaco a planificação de formas de atuação junto dos encarregados de educação no sentido de garantir informação atualizada acerca do aproveitamento escolar e disciplinar assim como da integração dos alunos na comunidade escolar e desenvolvimento de ações que levaram à implicação dos pais no processo educativo, assegurar a articulação entre professores e alunos da turma, coordenar o processo de avaliação dos alunos de modo a promover a qualidade do ensino e da aprendizagem, coordenar, em colaboração com o conselho de turma, as atividades, conteúdos, estratégias e métodos de trabalho adequados à situação concreta de cada turma e especificidade de cada aluno, definindo medidas de recuperação de acompanhamento, enquanto se promovem formas de comunicação e de trabalho cooperativo entre professores e alunos e se contribui para a elaboração do projeto curricular de turma.

Articulei as atividades da turma com pais e encarregados de educação promovendo a sua participação. No intuito de estimular e valorizar os alunos, participei como diretora de turma da escola profissional de artes, juntamente com a direção e o corpo docente, nas várias entregas de prémios a alunos, assim como na divulgação dos

seus trabalhos junto da comunidade. A Câmara Municipal como entidade promotora desempenhou um importante papel neste sentido.

Para os alunos que estão deslocados das famílias, a Escola proporciona alojamento gratuito para além de apoio a nível pessoal, tendo aqui o Diretor de Turma um papel de grande responsabilidade a desempenhar, pois tem de se prestar apoio aos alunos fora dos tempos escolares. Os alunos passam a maior parte do tempo na Escola, estando esta aberta até às 23horas por forma a que os alunos possam aceder às salas de estudo onde estão os instrumentos musicais.

Como Diretora de Turma, prestei todo o apoio possível aos alunos, principalmente aos que, sendo ainda menores, estavam longe dos pais.

Todas as situações foram interpretadas tendo em conta o contexto social e cultural, procurando agir de forma coerente, adequada e flexível.

1.5 Diretora Pedagógica

No ano letivo 1997/1998 exerci o cargo de Diretora Pedagógica do Conservatório Regional de Música do Algarve (Professora Requisitada).

O Conservatório Regional do Algarve ministra cursos gerais e complementares do ensino vocacional da música..

Os órgãos de direção, administração e gestão são formados pelo Conselho Administrativo, Diretor Pedagógico, Secretário Geral e Conselho Pedagógico.

A Direção Pedagógica é nomeada pelo Conselho Administrativo e a sua homologação requerida ao Departamento do Ensino Secundário.

São muitas e variadas as funções da direção pedagógica numa escola do ensino vocacional da música, mas a principal é acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, velando pela sua qualidade. Sendo a direção pedagógica singular, representei o Conservatório junto do Ministério da Educação em todos os assuntos de natureza pedagógica e fiz por cumprir toda a legislação relacionada com os vários setores da escola, articulando-a com as deliberações do Conselho Administrativo.

Promovi o ensino articulado e supletivo do ensino vocacional da música em articulação com as escolas de ensino regular e com a Direção Regional de Educação de

modo a que uma grande parte dos alunos pudesse frequentar o regime de ensino vocacional.

Particpei na elaboração e a atualização do Regulamento Interno e Plano Anual de Atividades ouvido o Conselho Pedagógico, convoquei e presidi as reuniões do Conselho Pedagógico.

Contribui para o recrutamento de pessoal docente, planificação e distribuição de serviço respeitante às diferentes áreas disciplinares, disciplinas e respetivos níveis de ensino, de acordo com regulamentação vigente, e na elaboração de horários de forma a rentabilizar as salas disponíveis. Tentei influenciar de maneira positiva os professores de modo a serem alcançados os objetivos deste tipo de ensino. Atendi sempre que possível professores e encarregados de educação.

Promovi a eleição dos delegados de disciplina e criaram-se grupos de trabalho de modo a haver uma articulação com os diferentes departamentos curriculares para proficua gestão do tempo e seleção de estratégia. Promovi o cumprimento dos planos e programas de estudos e supervisionei as atividades curriculares e culturais.

Promovi a introdução de recursos tecnológicos.

Foram estabelecidas parcerias e protocolos com várias entidades nomeadamente o pelouro da cultura da região. Sensibilizaram-se professores e alunos para a importância da qualidade das classes de conjunto (coro, orquestra, música de câmara) como forma de abertura da escola à comunidade através da realização de concertos, audições de classes, recitais, aulas abertas dando assim continuidade aos projetos artístico-musicais transdisciplinares e articulados já existentes. Os professores e alunos participaram ativamente na vida cultural e musical da região. Sendo o Conservatório o maior polo gerador de cultura musical, incentivei alunos e professores a participar na vida cultural e musical da região e também a defender e divulgar a herança musical, sensibilizando-os para a pesquisa e reconhecimento dos valores que integram o património cultural da região.

Supervisionei a comissão organizadora dos júris de exame e avaliação dos alunos do regime articulado e supletivo de acordo com os critérios das provas de avaliação de cada disciplina.

Promoveu-se o cumprimento dos planos e programas de estudo e a análise e reflexão sobre as práticas educativas dentro do seu contexto, zelando assim pela qualidade do ensino. Procurou-se sempre respostas a necessidades diversificadas tendo sido estabelecidas prioridades.

1.6 Formação Contínua

O Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua (CCPFC) foi criado pelo Decreto-Lei nº274/94 de 28 de Outubro, sendo-lhe atribuído a acreditação de entidades formadoras e de ações de formação contínua que melhorem a qualidade do ensino e das aprendizagens e o estímulo aos processos de mudança ao nível das escolas e dos territórios educativos em que estas se integram (ver anexo 5).

Como formadora do Conselho Científico Pedagógico de Formação Contínua (CCPFC) na área da Educação Musical/Música foram realizadas algumas formações nomeadamente no ano letivo 1997/1998 com professores do 1.º ciclo e com jovens professores de música (alunos do Conservatório) no âmbito do projeto “Expressão Musical no 1.º ciclo”, realizado pelo Conservatório em parceria com a Direção Regional de Educação do Algarve. Este projeto na altura era inovador.

Numa perspetiva colaborativa assumi-me como uma colega com mais experiência que ajuda o professor em formação a aperfeiçoar a prática docente com base na observação e análise crítica das situações reais de ensino (Alarcão e Tavares:2003).

1.7 Professora Titular

Fui nomeada Professora Titular do Departamento das Expressões em 2008 (ver anexo 6).

Ter desempenhado inúmeros cargos no âmbito da supervisão pedagógica contribuiu para que fosse a segunda professora na lista de ordenação no Departamento das Expressões devido à pontuação obtida.

Relativamente às funções docentes desempenhadas foram desenvolvidas no âmbito da prática reflexiva havendo sempre uma preocupação para realizar o trabalho de forma colaborativa com atualização e formação contínua.

De entre os muitos cursos e ações frequentadas destaco os cursos realizados em França e Espanha (ver anexo 7).

1.8 Projetos de desenvolvimento Educativo:

Desenvolvi o projeto de Intervenção pedagógica de “Musicoterapia” no ano letivo 1996/1997.

No âmbito do Sistema de Incentivos à Qualidade da Educação, foi apresentado no início do ano letivo 1997/1998 no Conservatório do Algarve o Projeto de Inovação Educacional “ Computadores na Escola” para promover o sucesso escolar através do contato com as novas tecnologias. Incentivei desta forma a utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação pela transcrição de obras musicais nos programas de música.

No ano letivo 1997/1998 contribuí para a implementação do projeto “Expressão e Educação Musical “nas Escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico do Distrito de Faro.

Desenvolvi o Projeto “Curso extra-escolar de Cidadania/ Música” no Estabelecimento Prisional de Lisboa no ano letivo 2007/2008 e 2008/2009.

O curso extra-escolar, a funcionar no Estabelecimento Prisional permitiu aos reclusos o desenvolvimento de capacidades de expressão verbal e não verbal e a criatividade promovendo a aquisição de competências no domínio social. Através da prática da música de conjunto fez-se o aproveitamento momentos educacionais vivenciados para discutir, praticar e exercer a cidadania. Visando o desenvolvimento e a descoberta de novas estratégias de abordagem de educação para a cidadania através da exploração da criatividade e do reconhecimento de capacidades numa dimensão artística, o projeto contribuiu para o combate ao insucesso escolar, reconhecendo a educação de uma forma mais abrangente. A música foi utilizada como uma forma de comunicação, desenvolvimento pessoal e integração de jovens e adultos com percursos de vida incertos fomentando o desenvolvimento de competências pessoais e sociais que permitiram a prevenção de comportamentos de risco ou problemáticos. Foram realizadas atividades musicais abertas à comunidade envolvente potenciando o espírito de solidariedade, o trabalho de equipa, o civismo e a tolerância.

No ano de 2008 o Estabelecimento Prisional de Lisboa ganhou o Festival de Música Inter-Prisões (ver anexo 8), evento muito importante para a população reclusa.

Antes de elaborar os projetos, realizei um pequeno levantamento para perceber em que medida poderiam contribuir para melhoria do processo ensino-aprendizagem.

No ano letivo 2005/2006 e ano letivo 2006/2007, fui bolsista a tempo inteiro pelo Ministério da Educação, para realizar os estudos de Doutoramento na área de Investigação “Património Musical e a sua aplicação no ensino. O currículo da Música no Ensino Básico Genérico” (ver anexo 9).

2 Reflexão crítica sobre o cargo de Diretora Pedagógica

Inerente à prática de bons profissionais está, segundo Schön, uma competência artística, não no sentido da produção do que normalmente se concebe por obra de arte, mas um profissional eficiente, um saber fazer que quase se aproxima de uma sensibilidade artística, o que se designa por Artistry (Alarcão, 1996:16).

2.1. Enquadramento teórico

No que diz respeito à minha experiência profissional na área da Supervisão Pedagógica, destaquei para tema de desenvolvimento na segunda parte deste trabalho, a reflexão sobre a atividade de Diretora Pedagógica no Conservatório Regional do Algarve.

O Conservatório tem Alvará do Ministério da Educação desde 1973, para o Ensino Artístico Especializado da Música nos níveis Básico e Complementar e regula-se pela legislação geral deste tipo de ensino.

Desde o seu início, o Conservatório tornou-se um importante agente de ensino e divulgação da música na região. Em reconhecimento pelo serviço prestado à Comunidade, a Secretaria de Estado da Cultura distinguiu o Conservatório com a Medalha de Mérito Cultural em Setembro de 1988.

Inicialmente a formação dos professores de música estava exclusivamente a cargo dos Conservatórios. Estes podiam formar professores para o ensino genérico especializado da música.

O ensino artístico especializado da Música faz parte das opções educativas de grande parte da população escolar. Proporciona aos alunos uma formação específica ao nível musical, permitindo aos alunos o ingresso posterior numa instituição de ensino superior ou o acesso ao mercado de trabalho na área da música.

O ingresso na educação artística vocacional é garantido aos candidatos que revelem, através de provas específicas, aptidões e talentos adequados para a respetiva frequência (D.L. n.º 344/90 de 2 de Julho, art.º n.º 15).

Os planos de estudo dos cursos gerais e dos cursos complementares integram disciplinas de formação vocacional da música e disciplinas de formação geral. Os alunos frequentam estes cursos em regime articulado ou supletivo.

O conservatório contempla também cursos extraescolares para alunos que queiram estudar música sem o intuito de seguir o ensino formal.

Com o aumento da procura do Conservatório por parte de alunos de toda a região sul, foi construído um edifício novo (inaugurado no mês de Outubro de 1991) de grande qualidade, com todos os recursos necessários e um auditório para 650 pessoas.

Através da reflexão crítica sobre as práticas exercidas ao nível da supervisão pedagógica pretendo aumentar e desenvolver o meu conhecimento profissional como professora e supervisora. Demandamos estratégias significativas para melhorar a nossa intervenção e prática letiva, tanto nas aulas como perante a comunidade.

Quando nos finais do ano letivo em 1996/1997 fui convidada pela Direção Administrativa do Conservatório para exercer o cargo de Diretora Pedagógica para o ano letivo seguinte, não antevia o desafio que se me apresentava.

O facto de, nos quatro anos anteriores, ter sido professora de Análise e Técnicas de Composição neste Conservatório de futuros professores de música contribuiu para que fosse convidada a exercer o cargo de Diretora Pedagógica.

A maioria dos professores lecionava no Conservatório há vários anos, estabelecendo-se uma relação de pertença a um grupo e a uma comunidade educativa com a sua cultura os seus valores e as suas crenças.

Algumas professoras faziam já parte do corpo de referência do Conservatório, tendo colaborado na fundação do Conservatório como amigas e colegas da falecida fundadora, a pianista M.C. O corpo docente mais antigo eram professores que fizeram escola, professores de atuais professores do Conservatório de Música, e de professores da região, tendo lançado no mundo da música valores musicais que nos seus currículos honram os seus docentes, nomeando-os como seus mestres.

Na altura, o Conservatório, prestes a comemorar os seus 25 anos de existência, debateu-se com um grave problema devido à idade avançada do corpo docente e à extrema dificuldade de encontrar na região professores com habilitação própria para lecionar o ensino vocacional da música.

Passei por algumas situações difíceis como por exemplo a de ter a tarefa, como diretora pedagógica, de informar da forma o mais delicada possível que algumas das professoras de piano, por ordem do Ministério, já não poderiam lecionar os cursos oficiais devido à idade, havendo, no entanto, ainda a possibilidade de se fazer um pedido de autorização especial ao Ministério da Educação por mais um ano letivo. Para a maior parte destas professoras, ainda com excelentes capacidades pedagógicas e artísticas, o Conservatório era a sua vida. Embora docente da instituição há poucos anos, tinha já estabelecido uma forte relação afetiva e de amizade com as professoras “fundadoras” da casa.

O clima da escola de uma maneira geral era agradável e estimulante, havendo um espírito de solidariedade e também uma transmissão de princípios e valores. Alunos

como professores desempenham um papel importante na programação e concretização das atividades, bem como na construção de uma identidade própria num contexto de mudança.

O facto de ser mais jovem em relação à média de idades do corpo docente fez com que, inconscientemente, desse grande importância ao trabalho colaborativo, de modo a poder partilhar experiências e ideias com os professores mais versados. Tive apoio dos colegas e da ex-diretora pedagógica (que deixou de exercer o cargo devido à idade), mostrando-se disponível para me apoiar nas funções numa primeira fase.

Tentei que o bom ambiente de aprendizagem já existente continuasse assim, tal como a interação, a boa relação pedagógica e a transmissão e a partilha de experiências, num ambiente descontraído para que todos pudessem expor as suas dúvidas, apresentar as suas ideias e comprovar a sua criatividade dentro da cultura do Conservatório.

À partida, ao exercer este cargo de Diretora Pedagógica, fiz por adquirir uma base de conhecimentos abrangentes, nomeadamente ao nível de todo o contexto educacional e social, tentando direccionar a minha atuação para a promoção de espaços de reflexão sobre as práticas/opções educativas mais adequadas. Na perspetiva do modelo prático reflexivo, demandei atuar de maneira clara em situações novas e excecionais:

As tendências supervisivas da atualidade enquadram-se no pensamento atual sobre o ensino, a aprendizagem, a formação e o desenvolvimento profissional, mas também sobre a profissão docente e a cultura das organizações onde esta atividade decorre- a escola- e sobre a qual incide-as pessoas e o currículo (Alarcão e Roldão, 2010:15,16).

Pensar na supervisão pedagógica é refletir como se ensina e como se aprende em determinado contexto. O processo de aprendizagem atinge-se por meio de uma prática consciente e refletida. Por isso, a avaliação do trabalho deve contemplar a escola como espaço em que se ensina, mas também como espaço em que se aprende.

A supervisão, desde que encarada de uma forma positiva e construtivista e ligada à aprendizagem e melhoria de práticas ao longo da vida, pode dar um valioso contributo para o desenvolvimento pessoal e profissional, melhorando a qualidade da educação.

O supervisor deve investigar, analisar e refletir sobre alguns cenários existentes de supervisão pedagógica para perceber aquele que melhor se adequa ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem em determinada situação e contexto.

A base teórica a que recorri centra-se na legislação relativamente à profissão docente, formação e avaliação de desempenho, bem como numa revisão de literatura abordando perspetivas de autores tais como Alarcão, Tavares, Schon, Roldão, Vieira, Nóvoa, Smith, Formosinho, entre outros.

Representei o Conservatório em todos os assuntos de natureza pedagógica.

O ensino especializado da Música encontrava-se, à data, num processo de grande transformação devido à legislação recente e a novas propostas para este tipo de ensino, tendo sido publicado nesse ano letivo o Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio, o qual regulamentava a autonomia das escolas.

Participei, nesse ano, nos encontros do ensino especializado da música em que todas as direções pedagógicas dos Conservatórios estavam presentes e onde teriam de ser apresentadas propostas pelas escolas do ensino artístico especializado da música no geral, e para cada escola em particular (ver anexo 10). Sendo assim, logo à partida estive em contacto com várias direções do ensino especializado da música o que levou à partilha de ideias, fazendo com que rapidamente ficasse a par de determinadas situações e especificidades próprias deste modelo de ensino a nível nacional. A situação fez com que houvesse um trabalho de análise e pesquisa sobre documentos estruturantes relativos ao ensino artístico. A minha atividade de supervisão foi exercida sob a exigência individual do rigor científico, baseada na atualização de conhecimentos e práticas, que me induziram a uma investigação e auto-reflexão permanente. A leitura atenta e crítica da informação institucional constituiu o primeiro passo para exercer este cargo.

Foi criado um grupo de trabalho para elaborar um parecer e uma proposta do Conservatório Regional do Algarve para o Encontro Nacional do Ensino Artístico. Esse parecer possibilitou uma investigação e reflexão sobre a situação do ensino-aprendizagem da música em geral e deste conservatório em particular no contexto do sistema de ensino.

Adotei uma abordagem colaborativa centrada no trabalho de conjunto e partilha de experiências levando ao desenvolvimento de atitudes e capacidades reflexivas.

A abordagem ecológica do desenvolvimento profissional dos professores inspira-se no modelo de desenvolvimento humano, da autoria de Bronfenbrenner (1979)

e apresenta um sinal claro de que o Supervisor deve ter uma visão da escola como um espaço de relações inter-sistémicas. “ O supervisor torna-se um ecologista social que se foca nos recursos da organização de modo a aumentar o sistema para a adaptação e para a aprendizagem contínua” (Formosinho, 2002-b: 111).

No cenário ecológico “tomam-se em consideração as dinâmicas sociais e, sobretudo, a dinâmica do processo sinérgico que se estabelece na interação que se cria entre a pessoa, em desenvolvimento, e o meio que a envolve, também ele em permanente transformação” (Alarcão e Tavares, 2003:37).

Na abordagem sistémica tenta-se compreender a comunidade escolar como uma rede complexa de relações e emoções. Procura-se compreender cada elemento da comunidade escolar, não só pelo seu contexto familiar, mas também por toda a interação como o meio ambiente.

Como supervisora, tive em conta os contextos ecológicos, a capacidade de reflexão crítica sobre a prática, a flexibilidade e a capacidade de me adaptar à mudança, o trabalho colaborativo, bem como o compromisso ético em termos pessoais e profissionais.

É importante que o supervisor seja um mediador entre o supervisando e o seu ambiente, salientando dados potencialmente relevantes, a partir dos quais este poderá construir novos significados.

Sendo assim, o conhecimento profissional do professor desenvolve-se à medida do contexto ecológico dos cinco sistemas: microssistema, mesossistema, exossistema, macrossistema e cronossistema.

Num cenário colaborativo, a realização de trabalhos de grupo e projetos musicais comuns, tal como a orquestra, os grupos de música de Câmara, o Coro, atividades de partilha e cooperação, levaram ao crescimento profissional de todos, bem como da instituição relativamente à sua imagem na comunidade em que se inseria.

Adotei e promovi uma atitude reflexiva e investigativa através da análise das práticas de trabalho colaborativo e relações profissionais entre os docentes.

Apresento alguns exemplos do trabalho realizado, adaptado em concreto ao contexto e às necessidades da instituição e da comunidade, bem como diferentes atividades, programas e estratégias em que o envolvimento da comunidade educativa foi essencial.

Como diretora, tive o privilégio de observar a realidade escolar, mas também de participar e avaliar a repercussão das mesmas atividades realizadas em toda a comunidade, dado que aprender a ser reflexivo exige a apreciação sobre as próprias experiências e orientações em situações variadas.

Gerar estímulos situacionais que agilizem o trabalho em equipa e a partilha facilita o desenvolvimento do trabalho cooperativo, sempre mais gratificante do que o trabalho individual em termos de eficácia.

2.2. Reflexão Crítica

2.2.1 Desenvolvimento do ensino e da aprendizagem

O Conservatório, enquanto escola artística vocacionada para o ensino especializado da música, desempenha um papel importante no panorama educativo da sua área geográfica de influência.

Como diretora, preparei e presidi as reuniões do conselho pedagógico e coordenei a elaboração do Regulamento Interno e Plano Anual de Atividades.

No processo de supervisão do ensino-aprendizagem tomei como ponto de partida os alunos para planear a ação, tendo como linha orientadora das aprendizagens, os documentos estruturantes da escola, quer no que ao processo de ensino-aprendizagem diz respeito, quer quanto à mobilização do trabalho entre professores para a concretização comum dos seus objetivos, sob o princípio do trabalho colaborativo e ao serviço de percursos de qualidade de todos e de cada um, não esquecendo a importância dos recursos disponíveis.

A posição relativamente às atividades que teria de exercer foram sempre de interrogação e incerteza no modo como se realiza o processo ensino-aprendizagem, tendo em conta as situações concretas, tal como a especificidade dos alunos e o contexto em que a escola estava inserida.

A função do Supervisor é a de “ajudar o professor a fazer a observação do seu próprio ensino e dos contextos em que ele ocorre, a questionar e a confrontar, a analisar, a interpretar e refletir sobre os dados recolhidos e a procurar as melhores soluções para as dificuldades e problemas de que vai tendo consciência” (Alarcão, 2003:119).

Adotando uma postura flexível, incentivei os professores a refletir sobre o processo educativo e a adequar os currículos das suas disciplinas, enquanto inferíamos que não pode haver sucesso quando existem currículos uniformes, porque os alunos não são todos iguais, as condições de execução variam e as realidades locais têm de ser respeitadas. Incentivei também os professores a realizar com os seus alunos trabalhos e atividades de forma a cumprir normas levando-os a participar, a gerir materiais, a partilhar gostos, experiências e a tomar decisões, tendo em conta as opiniões de todos como forma de desenvolvimento comum.

Tentei criar possibilidades de transformação e adequação de práticas enraizadas, apoiando contextos escolares diferenciados e dinâmicos por forma a que cada professor construísse a sua identidade profissional e desenvolvesse a sua autonomia.

Para tal, tem de haver uma adequação e adaptação contínua da parte do supervisor e do supervisando:

Cada sujeito vai-se auto-organizando nas várias dimensões da sua existência, ao longo do seu desenvolvimento como resultado das relações significativas que foi estabelecendo com o mundo que o rodeia, nomeadamente com a família, escola, e contexto social de origem; é da qualidade destas relações e das oportunidades que os contextos naturais de vida lhe proporcionam ou lhe inviabilizam que dependerá a forma de cada jovem se situar faces aos desafios e constrangimentos do presente e do futuro (Gonçalves,2003:111).

Supervisores e professores devem ser flexíveis e não estarem presos a valores, crenças, não temendo a mudança ou a inovação. Por isso a atividade de supervisão deve assentar numa reflexão dialogante sobre as práticas, conduzindo à construção de conhecimento na ação. O supervisor é quem fomenta no professor um espírito de reflexão, num clima positivo e favorável ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Essencial será também que cada docente esteja preparado para analisar o seu próprio desempenho.

No modelo de supervisão clínica o supervisor deve:

ajudar o professor a fazer a observação do seu próprio ensino e dos contextos em que ele ocorre, a questionar e confrontar, a analisar, interpretar e refletir sobre os dados recolhidos e a procurar as melhores soluções para as dificuldades e problemas de que vai tendo consciência (Alarcão e Tavares, 2003:119).

O objetivo principal foi melhorar o ensino-aprendizagem através de uma análise conjunta das práticas da sala de aula de uma forma colaborativa.

Como supervisora incentivei o envolvimento ativo por parte dos professores dos vários grupos disciplinares numa atitude colaborativa, dando a cada um deles o tempo

necessário para as suas investigações e trabalhos. Por isso essencial é conhecer os supervisandos, para que as ações tenham significado para os implicados.

O supervisor deve ter por base a valorização dos esquemas conceptuais dos professores, de modo a desenvolver processos enriquecedores de aprendizagem significativa, fomentando a motivação e o empenho do professor.

Nesta reflexão, a partilha de opiniões entre quem ensina, no modo como o faz e a quem o faz é muito importante. O supervisor deve interagir com o supervisando diligenciando uma prática reflexiva que contribua para o desenvolvimento de ambos, bem como de toda a comunidade escolar.

Privilegiei sobretudo, a metodologia de trabalho de grupo, trabalho cooperativo e diferenciação pedagógica, pois foi a forma encontrada para apoiar todos os professores e alunos, respeitando as suas especificidades. No entanto, uma das metodologias mais utilizadas foi o da diferenciação pedagógica, pois, possibilitou a criação de situações privilegiadas que permitiram partilhar o que cada um tem a partir do que cada um sabe.

Através de um trabalho colaborativo de todos os professores elaboraram-se os programas de cada grupo disciplinar, de acordo com a Instituição e tendo em conta as diferentes características dos alunos, adotando uma observação crítica conjunta.

Relativamente ao compromisso com a promoção da aprendizagem, houve uma atitude investigativa e uma adequação constante das atividades no âmbito da direção pedagógica às necessidades de aprendizagem e contextos, tendo sido criadas condições para que os docentes e discentes apresentassem os seus pontos de vista e os seus problemas. Li e analisei em conjunto todas as informações provenientes das estruturas de organização do Conservatório.

Coordenei e supervisionei todas as atividades relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem. Promovi a eleição dos delegados de disciplina e criaram-se grupos de trabalho por forma a haver uma articulação com os diferentes departamentos curriculares, para melhor gestão das tarefas, ponderação sobre estratégias a utilizar e recursos a seleccionar.

A organização do trabalho não letivo, a utilização de recursos variados, a realização de trabalhos de equipa, a realização de atividades conjuntas e a apresentação de situações baseadas em problemas reais e significativos levaram à execução de instrumentos de diagnóstico, fichas de planificação e planos de intervenção no final de

cada período e ano letivo, estratégias que me tornaram uma aprendente mais autônoma, ajudando-me a contribuir para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Supervisionei os vários momentos de avaliação nomeadamente os exames de finais de curso das várias classes de instrumento. Sendo o estudo do instrumento um ensino individualizado, permite que os alunos tenham um grande apoio de acordo com as suas características e com a sua evolução nas aprendizagens práticas, sendo esta especificidade contemplada na elaboração dos horários.

Tomei medidas de combate ao insucesso e abandono escolar, levando os alunos a compreender a importância que a música e o ensino de um instrumento musical tem para o crescimento pessoal e social.

Os alunos desenvolveram competências ao nível da execução instrumental/vocal, proporcionando momentos musicais e a divulgação do trabalho realizado perante a comunidade educativa.

Todas atividades desenvolvidas e os repertórios trabalhados, assim como as práticas vocais e instrumentais, proporcionaram a apropriação de conceitos, vocabulário e terminologias verbais e nãoverbais, promovendo o desenvolvimento de competências comunicativas.

Foi estabelecido o diálogo e a negociação, criando-se um ambiente de participação democrática ao promover-se a autonomia dos docentes de forma a gerar conhecimento pessoal e profissional.

Na generalidade, os intervenientes empenharam-se no trabalho colaborativo de modo a garantir a qualidade dos cursos ministrados no Conservatório, mostrando-se motivados.

Procurei sempre manter-me atualizada quanto ao conhecimento científico, pedagógico e didático. Refleti sobre a minha prática profissional, adequando-a às necessidades sempre que considerei pertinente, e mobilizando o conhecimento que fui adquirindo na melhoria do meu desempenho.

As minhas exposições foram planificadas de forma a ir ao encontro das diferentes características e necessidades dos professores, pessoal administrativo e direção administrativa tornando-as relevantes e significativas através da escolha de estratégias adequadas, identificando dificuldades e tentando resolver positivamente os conflitos que naturalmente foram surgindo no decurso da minha atividade de direção pedagógica. Na partilha do trabalho diário, a interpretação e as práticas são sempre plurais, que se traduzem num enriquecimento e aprendizagem constante.

A competência pedagógica decorre da competência científica, técnico-didática e do conhecimento do desenvolvimento pessoal dos sujeitos e a qualidade da sua envolvente ecológica. A competência pedagógica do supervisor tem a ver com a transmissão de conhecimentos adaptando-os às capacidades dos destinatários das aprendizagens. Proporcionei orientações para o desenvolvimento pessoal e profissional e diagnostiquei necessidades de formação. Como formadora do Conselho Científico pedagógico de Formação Contínua prestei apoio ao Centro de Formação da área.

Como Diretora Pedagógica, senti que perante alunos e família representava o órgão máximo da escola, responsável por todas as situações, fossem elas positivas ou não. Perante os professores senti que se apercebiam que certas atuações, como por exemplo a gestão dos recursos materiais e humanos, estavam dependentes da direção administrativa como órgão máximo da escola.

Tentei atuar da melhor maneira possível como elo entre professores e direção administrativa de modo a resolver positivamente e de uma forma construtiva certos conflitos que, habitualmente, surgem em todas as comunidades.

2.2.2 Atividades

Os professores realizaram com os seus alunos atividades fora da sala de aula das suas classes de instrumento.

As classes de conjunto (coro, grupos de música de câmara, orquestra) fomentaram o trabalho colaborativo de professores e alunos e possibilitaram o desenvolvimento de competências musicais a nível de música de conjunto (ver anexo 11).

Os alunos foram levados a cumprir normas, a participar, a partilhar gostos e experiências, a tomar decisões tendo em conta as opiniões de todos como forma de aprendizagem em comum. Ao participarem no próprio processo educativo, os discentes criaram atitudes de maior responsabilidade enquanto desenvolviam a sua autonomia.

Tal como a escola, cada turma, cada aluno é portador de uma cultura, princípios, interesses e conhecimentos. Houve um ajuste constante das atividades, o que tornou o processo educativo muito complexo exigindo constantemente novas competências profissionais.

As aprendizagens escolares e as iniciativas promovidas pelo Conservatório, num cenário ecológico, tiveram um enorme impacto nos alunos, nas famílias, nos professores e noutros membros da comunidade local.

A abertura da escola à comunidade e à sua cultura surgiu como um fator de desenvolvimento de atitudes de supervisão pedagógica, ao terem sido estabelecidas parcerias com as escolas do ensino regular, autarquias, sociedades filarmónicas e outras instituições para revelar a sua função educativa e cultural.

Esforcei-me para que a minha atividade de supervisão motivasse os professores e os alunos para o desenvolvimento das suas capacidades de forma a ter um impacto positivo no desempenho das atividades e na qualidade educativa do Conservatório.

Analisei e refleti sobre as práticas para as melhorar e adequar, orientei e estimulei propostas que valorizassem experiências inovadoras, coadjuvei a integração e o trabalho colaborativo dos professores e alunos.

Fomentou-se assim a procura de formação neste tipo de ensino em que os alunos se inscrevem voluntariamente, possibilitando, também, protocolos com as escolas de ensino regular para a constituição de turmas de opção.

A forma como o Conservatório se relaciona com as famílias e toda a comunidade educativa foi um recurso muito importante para a minha autoavaliação como Diretora Pedagógica. Pontos de vista sociais mais vastos influenciam a que se tracem prioridades concretas para a escola.

O esforço de fomentar o entusiasmo e a emoção na realização de ações significativas foi partilhado e vivenciado por todos os intervenientes.

Os espetáculos no qual tomaram parte alunos e professores geraram motivação e empenho.

Saber conviver e obter resultados na sala de aula e na escola possibilita, também, que se obtenha resultados positivos dentro da comunidade escolar e noutros contextos. Por isso a música é, ainda, fator de equilíbrio emocional no desenvolvimento pessoal e no relacionamento social dos alunos, uns com os outros e com os restantes elementos da comunidade educativa.

Como diretora de uma escola de música, foi importante ter tido sempre em conta o contexto sócio cultural em que surgiram e se viveram as atividades musicais. Como tal, foram propostos para o plano anual de atividades modos de atingir a educação multicultural, estimulando experiências de aprendizagem dentro e fora da escola, fomentando relações de diálogo e situações de respeito mútuo contextualizadas.

Também os estudos mais recentes de etnomusicologia têm uma grande aplicação no ensino da música e ajudam-nos a entender a música como algo mais do que arte. A atividade musical, para além de uma série de sons estruturados, implica determinadas ideias, significados, valores e funções que relacionam os sons com a sociedade que os produz. Para o supervisor na área da educação artística, o papel e o significado da música nas atividades de recreação, ocupação de tempos livres e cooperação é essencial, consciente da importância deste saber para o desenvolvimento harmonioso dos alunos, para o processo de socialização e educação estética. Assim sendo, as atividades musicais desenvolvidas numa escola de ensino articulado e supletivo não dizem respeito, apenas a ações de atividades recreativas, mas também ao desenvolvimento e construção do conhecimento, de saberes, a compreensão da linguagem musical, tão valorizada na expressão de emoções enquanto se desenvolvem experiências e se consolidam práticas socializadoras e a integração.

O ensino intuitivo, baseado nas experiências dos alunos, como a prática de improvisação e interpretação são práticas concretas que possibilitam, também, o posterior aprofundamento do conhecimento da linguagem musical, bem como do domínio de conceitos abstratos.

Do ponto de vista prático, a música foi mais do que a obra em si; foi o resultado da combinação produto, contexto e indivíduo.

Todo este processo educacional foi feito de forma consciente de modo a levar os alunos e os professores a adquirirem, para além dos conteúdos musicais, determinados valores e conhecimentos no domínio social.

As decisões foram tomadas em conjunto, chegando-se a um consenso depois de discutidas e negociadas em reuniões havendo assim um tipo de liderança participativa.

2.2.3 A Escola e a Família

A integração e a aprendizagem dependem da cooperação de todos os que fazem parte da comunidade escolar e da participação na sociedade em que se inserem.

Foi feito um esforço por parte da direção do Conservatório para haver uma aproximação junto das famílias criando-se uma aliança. A qualidade de uma instituição educativa depende verdadeiramente da forma como toda a equipa se organiza, interage,

se relaciona e coopera com os encarregados de educação, sendo o envolvimento parental na vida escolar essencial.

É importante que todos trabalhem no mesmo sentido e que todos colaborem tendo a noção de um conjunto com uma identidade própria em que se compreende a relação entre as várias partes.

Praticando um diálogo entre toda a comunidade educativa, favorece-se a cooperação e a convivência que agiliza a resolução de conflitos e a inclusão, através da participação conjunta, para o exercício da cidadania.

As atividades musicais do coro, orquestra e dos conjuntos instrumentais das classes de música de câmara realizadas constituíram uma importante forma de abertura da escola à comunidade para além de serem também um instrumento de cidadania, contribuindo para a integração da família na comunidade escolar e fomentando a participação ativa.

A avaliação das classes de instrumento consistiu em audições e aulas abertas permitindo que as famílias e toda a comunidade envolvente participassem no processo de avaliação dos alunos.

A presença dos encarregados de educação nas aulas individuais de instrumento foi solicitada, pelo menos no início do ano letivo, por alguns professores. O diálogo relativamente ao apoio ao estudo individual em casa foi bastante positivo, sendo poucos os casos em que os encarregados de educação dos alunos mais novos não contactaram com os professores de instrumento, prática valorizada pela direção.

Foram estabelecidos critérios de avaliação de acordo com a especificidade de cada disciplina.

Os pais foram informados, numa linguagem simples e cuidada, do processo educativo, nomeadamente o processo avaliativo de modo a poderem dar a sua contribuição no desenvolvimento do sucesso das aprendizagens do seu educando.

Foi assim estabelecida uma interação entre as partes e o todo, a comunidade educativa, promovendo o trabalho colaborativo.

Os alunos ao participarem em projetos e experiências fora da sala de aula e também com a comunidade envolvente criaram situações de aprendizagem que suscitaram tomada de decisões por parte dos professores quanto a estratégias a aplicar, para além de possibilitarem momentos formais e informais de avaliação relativamente aos resultados da aprendizagem.

Adotei uma postura reflexiva e investigativa e tentei direcionar a minha atuação para a promoção de espaços de reflexão/debate sobre as práticas/opções educativas.

2.2.4 A escola a cultura e o meio

A diversidade cultural é hoje uma realidade em todas as sociedades, muitas vezes fruto da constante mobilidade.

Todos os professores devem estar atentos a esta diversidade e multiculturalidade de forma a combater as minorias ou desigualdades sociais e todos os intervenientes no processo educativo – família, escola, sociedade – para que toda a comunidade assuma uma atitude positiva face à escola, na valorização de atitudes, comportamentos e valores.

Tanto a escola como a família têm de lutar permanentemente com pressões económicas, sociais e culturais.

As escolas são organizações que se estruturam em subsistemas ecologicamente articulados e o desenvolvimento institucional dá-se na interação ativa da instituição como o seu meio ambiente.

O projeto educativo, o regulamento interno, o plano anual de atividades, o projeto curricular de turma constituem instrumentos do exercício da autonomia e com eles a escola assume uma identidade própria.

Houve um cenário de reflexão crítica sobre as práticas de modo a entender e melhorar este tipo de ensino. “Os modelos reflexivos partem do pressuposto de que o ensino e a aprendizagem são influenciados pelo contexto pessoal, organizacional, histórico, político e cultural dentro dos quais operam” (Formosinho, 2002-b:49). “A proposta concetual de Bronfenbrenner, a perspetiva ecológica, sublinha a relevância das interações ente o indivíduo e os vários contextos de vida onde ele direta ou indiretamente participa e, portanto onde decorre o seu desenvolvimento” (Gonçalves, 2003: 109).

O ensino artístico especializado da música está cheio de potencialidades para o desenvolvimento de projetos e atividades artísticas que desenvolvem a aprendizagem e possibilitam relações interpessoais, favorecendo um melhor relacionamento entre

professores, alunos, pessoal discente e famílias através de atividades abertas à comunidade escolar e meio envolvente.

Ao selecionar e organizar estas atividades de carácter educativo, cultural, social, lúdico para os alunos e também para a comunidade envolvente contribui-se para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, para a resolução positiva e construtiva de conflitos escolares que naturalmente possam surgir e para o desenvolvimento cultural da população.

Foi estabelecido diálogo com toda a comunidade educativa ao favorecer a cooperação e a convivência, na resolução positiva de conflitos e ao fomentar a inclusão, através da participação conjunta, para o exercício da cidadania.

Num cenário dialógico atribui “à linguagem e ao diálogo crítico um papel de enorme significado na construção da cultura e do conhecimento próprio dos professores como profissionais e na desocultação das circunstâncias contextuais, escolares e sociais, que influenciam o exercício da sua profissão” (Alarcão e Tavares, 2003:40).

A supervisão ultrapassa, assim, a sala de aula e estende-se a todo o contexto escolar, ou seja, a supervisão é enquadrada na perspectiva de desenvolvimento profissional dos professores em situações de trabalho no contexto escolar em que estes estão inseridos, ou seja, a escola como espaço e organização, onde se entrecruzam experiências e culturas diversas, diferentes personagens e percursos e cuja colaboração e interação são essenciais para melhoria das aprendizagens, tendo em conta as constantes solicitações e modificações.

2.2.5 A defesa do património cultural

Um dos objetivos do Conservatório, tendo em conta as tradições culturais riquíssimas da região, foi o de preservar e divulgar o património musical da região.

Como diretora, propus ao conselho pedagógico o desenvolvimento de componentes curriculares locais como medidas de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Os professores escolheram repertório da região, e trabalharam-no nas classes individuais e de conjunto para o poderem divulgar, através de audições e concertos

inseridos no Plano Anual de Atividades, valorizando-se, assim, o relevo histórico, estético e educativo das tradições populares.

As gerações mais novas foram assim sensibilizadas para a valorização da identidade cultural dos seus antecessores e o Conservatório desenvolveu a sua identidade cultural.

Alunos, professores e comunidade envolvente, ao tomarem conhecimento do património cultural da sua região envolveram-se na sua defesa, conservação e divulgação. O repertório tradicional, património autêntico, permitiu o enriquecimento musical, linguístico e cultural sendo divulgado e preservado através de várias atividades como por exemplo os concertos realizados pelo “Grupo de Música Tradicional do Conservatório Regional do Algarve”, formado por professores, alunos e ex-alunos.

Na biblioteca do Conservatório encontra-se arquivado um importante espólio local e regional como por exemplo partituras de compositores locais.

Uma parte deste espólio resultou do trabalho de pesquisa realizado por docentes desta Escola.

Estabeleceram-se protocolos com a Direção Regional de Cultura do Algarve no âmbito da divulgação deste importante património imaterial.

2.2.6 O trabalho colaborativo

Os modelos de supervisão com especial destaque para o modelo da supervisão clínica têm vindo a valorizar a perspetiva colaborativa.

O papel do supervisor deve ser o de desenvolver a aprendizagem, incentivar a reflexão sobre a ação e ajudar o professor a melhorar o ensino através do seu desenvolvimento pessoal profissional mantendo um clima de cooperação. O supervisor é um facilitador de aprendizagem do professor ajudando-o a aprender a partir do conhecimento que já tem, através do trabalho colaborativo.

Segundo legislação recente que diz respeito ao regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário “ a articulação e gestão curricular devem promover a cooperação entre os docentes do agrupamento de escolas, ou escola não agrupada,

procurando adequar o currículo às necessidades específicas dos alunos (Decreto -Lei n.º 137/2012, de 2 de Julho, art.º43, n.º1).

Foi através das classes de conjunto dos vários grupos instrumentais e/ou vocais que os professores divulgaram à comunidade envolvente os resultados das aprendizagens dos alunos, fruto de um trabalho colaborativo de desenvolvimento das competências musicais e sociais.

Realizaram-se reuniões formais e informais para a preparação das atividades levando a um processo de avaliação e reflexão crítica.

O novo estatuto da carreira docente refere que “o docente tem de participar em atividades de investigação, inovação e experimentação científica” (Decreto regulamentar n.º 26/2012, de 21 de Fevereiro, n.º3).

No decorrer dos ensaios adotou-se uma atitude de investigação e reflexão na ação levando à reformulação de estratégias de aprendizagem nas aulas de conjunto e nas aulas individuais das várias classes.

O trabalho colaborativo realizado teve em vista um objetivo comum: a melhoria das práticas e o conhecimento efetivo dos alunos.

A reflexão crítica na ação, sobre a ação e reflexão sobre a reflexão na ação dão origem a novas formas de utilizar competências levando à construção de conhecimento profissional (Alarcão, 1996).

A supervisão pedagógica num cenário colaborativo transformou o professor num professor crítico e reflexivo que produziu mudanças em si, nos alunos e nos colegas, e na escola como organização aprendente:

A Supervisão ganhou uma dimensão colaborativa, autorreflexiva e auto-formativa à medida que os professores começaram a adquirir confiança na relevância do seu conhecimento profissional e na capacidade de fazerem ouvir a sua voz como investigadores das suas próprias práticas e construtores do saber específico inerente à sua função social (Alarcão e Roldão, 2010:15).

Como diretora pedagógica deste tipo de ensino fomentei a utilização da música de conjunto como fator de equilíbrio emocional no desenvolvimento pessoal e no relacionamento social dos alunos e professores uns com os outros e com os restantes elementos da comunidade educativa.

A prática musical de conjunto contribuiu para discutir, praticar e exercer a cidadania aumentando as competências musicais através da prática da música de conjunto num trabalho colaborativo entre professores e alunos.

Fomentei a transformação do conflito em oportunidade apelando às capacidades expressivas e criativas dos alunos e professores e participação nas atividades conjuntas. Os diversos projetos das várias classes de música de Câmara e a Orquestra possibilitaram que alguns dos conflitos fossem resolvidos de uma maneira construtiva graças às atividades interdisciplinares e interdepartamentais abertas à comunidade envolvente e a todo o ambiente favorável que se proporcionou.

A partilha de ideias, o trabalho colaborativo e as atividades conjuntas são aspetos que saliento como muito positivos assim como a disciplina e comportamento dos alunos.

As atividades colaborativas obedeceram aos seguintes itens:

- vontade de participar livremente expressa pelos professores;
- certeza de que os colegas não vão exercer avaliação uns sobre os outros;
- apoios para levar a cabo a tarefa, incluindo a ajuda de quem possa esclarecer dúvidas sobre processos de recolha de dados e reflexão sobre os mesmos;
- uma organização de horários compatível, aspeto extremamente importante para permitir condições de colaboração e entre-ajuda (Alarcão e Tavares, 2002:123).

O clima foi de confiança e de liderança democrática.

No caso dos professores que se encontram já em contexto de trabalho as novas tendências supervisivas apontam também para uma visão democrática da supervisão, “a reflexão profissional assume um objetivo político: a autonomia do educador e dos educandos.

Deste ponto de vista uma pedagogia para a autonomia constituirá numa direção defensável para essa reflexão, ou seja, a reflexividade do professor como duas faces de uma mesma realidade, potencialmente emancipatória para todos os participantes envolvidos (Vieira, 2010:16).

Devem dinamizar-se iniciativas que visem a melhoria da qualidade da educação, de acordo com o projeto que cada escola constrói para si e que incluem a formação e avaliação dos recursos humanos.

A avaliação de desempenho dos professores atual incide sobre a dimensão científico-pedagógica, participação na vida da escola e relação com a comunidade educativa e formação contínua e desenvolvimento profissional. Realiza-se com recurso à autoavaliação efetuada por cada docente.

A supervisão torna-se, assim, um processo complexo que ajuda o professor a desenvolver competências profissionais, contribuindo desta forma para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. A escola é o espaço, por excelência de referência da prática educativa do professor para a construção do conhecimento profissional (Alarcão e Roldão, 2010).

A avaliação interna de desempenho dos professores é realizada em todos os escalões tendo em conta a diversidade de funções desempenhadas e atividades desenvolvidas. O avaliador interno é o coordenador de departamento curricular ou quem este designar (Decreto- regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, art.º 14º).

A atividade de supervisão deve estar adaptada e contextualizada a cada escola.

O supervisor/avaliador deve ter uma base de conhecimentos abrangentes ao nível de todo o contexto educacional. É muito importante que todos os saberes sejam mobilizados de forma coerente, organizada e refletida de modo a serem ajustados a cada situação educativa concreta.

A avaliação interna pode tornar-se um obstáculo ao trabalho colaborativo podendo condicionar o desenvolvimento das práticas pedagógicas, gerando preocupação e ansiedade perturbando o desempenho do docente.

“A reflexão profissional não garante, por si só, a qualidade das práticas educativas, na medida em que pode servir diferentes propósitos, incluindo a justificação e o reforço de práticas discriminatórias e antidemocráticas” (Vieira, 2010:16). É importante que a atividade de supervisão não se transforme em inspeção e avaliação, numa perspetiva de exercício de poder sobre os outros.

O Supervisor para além de competências científicas, culturais, pedagógicas e organizacionais deve ter competências sociais e éticas. As competências profissionais do professor e supervisor devem assentar em três eixos fundamentais: o dos saberes, o da relação interpessoal e o dos valores democráticos (Alarcão e Roldão, 2010).

Para além de formação na área da supervisão, características pessoais e experiência de ensino é importante que Supervisor tenha uma sólida formação científica na área que leciona.

A competência científica implica o conhecimento e o domínio dos conteúdos relacionados com as matérias de determinada área. Ser competente na sua especialidade e na área que ensina é fundamental para poder ser um bom profissional.

O novo modelo de avaliação do desempenho docente contempla uma componente externa sendo esta responsável pela observação de aulas e acompanhamento da prática pedagógica e científica do docente:

Ao avaliador externo compete proceder à avaliação externa da dimensão científica e pedagógica dos docentes por ela abrangidos (Decreto-regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, art.º 13, n.º 2).

A observação de aulas está assim associada aos professores em exercício da função docente e não apenas aos professores em formação sendo obrigatória nos seguintes casos:

- a) Docentes em período probatório;
- b) Docentes integrados no 2.º e 4.º escalões da Carreira Docente;
- c) Para atribuição da menção de Excelente, em qualquer escalão;
- d) Docentes integrados na carreira que obtenham a menção de Insuficiente (Decreto-regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, art.º 18, n.º 2).

O professor tem de optar por um avaliador externo à escola se quiser que lhe seja atribuída a menção de Excelente de modo a potenciar a dimensão formativa a minimizar os conflitos existentes (Decreto-Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de Fevereiro).

“Todos os que desempenham funções de supervisão ou orientação da prática pedagógica são unânimes em afirmar, seja qual for o método seguido, que o fantasma da avaliação acaba por condicionar todo o processo” (Alarcão, 2003:113). O carácter contextual de cada escola e o trabalho colaborativo podem por em causa os instrumentos de avaliação.

3. Conclusão

Ao refletir sobre as práticas de supervisão, tomei consciência de toda complexidade do processo realizado e percebi melhor as opções tomadas, sendo, muitas vezes, o distanciamento essencial para que possamos refletir sobre o plano de melhoria que constantemente realizamos, quando avaliamos a nossa praxiologia, sejam as apreciações pessoais valorativas ou depreciativas.

Também a nível colaborativo, a reflexão aponta para a valorização de uma prática de trabalho conjunto e para uma reflexão a nível pedagógico, sobretudo quando são diagnosticados problemas inerentes a qualquer comunidade escolar.

Como supervisora reflexiva questioneei constantemente as ações desenvolvidas em determinado contexto com o fim de melhorar o meu desempenho.

Só assim foi possível aplicar as estratégias mais adequadas para a melhoria da qualidade do serviço educativo prestado no Conservatório, na educação e na aprendizagem dos alunos na sua interação com o meio envolvente, fomentando o sentido de responsabilização e de pertença a uma comunidade.

Neste olhar retrospectivo, posso afirmar com segurança e consciência de que estas experiências profissionais foram bastante positivas. Não que tal signifique que melhor não poderia ser realizado, pois a perfeição não existe e o professor está em permanente construção, não podendo e não devendo a sua experiência e o seu conhecimento ser aplicado de forma idêntica em todas as situações, mas sim atender aos seus destinatários e às interações com eles estabelecidas num tempo e espaço singulares e irrepetíveis. Assim, e na sequência do diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem realizado no âmbito da supervisão pedagógica, concluo que as atividades realizadas constituíram uma possibilidade para o meu desenvolvimento profissional, procurando adaptar estratégias para aperfeiçoamento contínuo.

Relativamente à orientação no trabalho de supervisão, necessário é promover encontros significativos e eficazes: quem vive esta experiência reconhece a importância de conhecer o contexto em que se encontra inserido, formal ou informalmente, para uma prática consciente e consistente.

Se, etimologicamente, Supervisão significa «olhar de cima», de forma global, o objetivo é entender sempre o desafio como estímulo ao desenvolvimento de toda a

comunidade implicada, para facilitar a reflexão sobre a prática pedagógica no coletivo, prática esta que exige uma reciclagem permanente.

Por isso necessário será extrair lições de cada experiência de forma reflexiva porque, de alguma forma, o desenvolvimento de cada agente educativo depende, em parte, do nosso trabalho, motivação.

O compromisso ético na atuação do supervisor pedagógico exige o respeito por todos, uma responsabilidade perante alunos, suas famílias, professores e toda a comunidade.

Ao longo deste percurso as práticas supervisivas foram reformuladas, alteradas e adequadas de acordo com as situações e a maior experiência profissional.

A minha evolução como supervisora foi constante dentro da cultura do Conservatório em permanente transformação.

Referências bibliográficas

Alarcão, I. (Org) (1996). *Formação Reflexiva de Professores. Estratégias de Supervisão*. Porto: Porto Editora.

Alarcão, I. (2000). *Escola reflexiva e supervisão. Uma escola em desenvolvimento e aprendizagem*. Porto: Porto Editora

Alarcão, I. e Tavares, J. (2003). *A supervisão da prática pedagógica, uma perspetiva de desenvolvimento de aprendizagem*. (2ªEd.).Coimbra: Almedina.

Alarcão, I. e Roldão, M. (2010).*Supervisão Um contexto de desenvolvimento profissional dos professores*. Mangualde: Edições Pedago.

Formosinho, J. (Org.) (2002b). *A supervisão na formação de professores II- Da organização à pessoa*. Porto: Porto Editora.

Gonçalves, C. (2003).*Escola e família: uma relação necessária e conflitual*. Em Costa, M. (coord.). *Gestão de Conflitos na Escola*. Lisboa.

Legislação

Decreto-lei nº344/90, de 2 de Novembro.

Decreto-lei nº249/92, de 9 de Novembro.

Decreto-lei nº274/94, de 28 de Outubro.

Decreto-lei nº 115-A/98, de 4 de Maio.

Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de Abril.

Decreto-lei nº224/2009, de 11 de Setembro.

Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de Julho.

Decreto-regulamentar nº 26/2012, de 21 de Fevereiro.

Lei 46/86, de 14 de Outubro.

ANEXO 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ESCOLA E. B. 2 .3. DE AGUALVA-CACÉM - A 90 T

ACTA

-----Aos onze dias do mês de Junho de mil novecentos e noventa e seis, pelas catorze horas, reuniu-se a Secção de Formação do Conselho Pedagógico, presidida pela Professora Licenciada Olga Maria de Jesus Lopes, na sua qualidade de Presidente do Conselho Pedagógico, tendo como ponto único da Ordem de Trabalhos a apreciação e avaliação do Projecto de Formação e Acção Pedagógica do formando Júlio Manuel Marques Vilela, a leccionar neste estabelecimento de ensino, no âmbito da profissionalização em serviço, segundo ano, Didáctica da Educação Musical.-----

-----Esta secção ratificou o relatório apreciativo apresentado pela Delegada acompanhante à Profissionalização em serviço, Licenciada Maria Adélia Gonçalves Martins Abrunhosa, que propôs uma avaliação qualitativa global de Bom.-----

-----A mesma secção salienta que o trabalho desenvolvido pelo formando no Projecto Educativo da Escola, foi dinâmico, promovendo diversas actividades no âmbito da disciplina e numa perspectiva interdisciplinar, fomentando boas relações interpessoais entre os alunos, colegas e outros intervenientes na comunidade educativa.-----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião de que se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Reunião, pela Delegada Acompanhante, pelo formando e por mim, que a secretariei.-----

Presidente do Conselho Pedagógico

Olga Maria de Jesus Lopes

Delegada Acompanhante

Maria Adélia Gonçalves Martins Abrunhosa

Formando

Júlio Manuel Marques Vilela

Secretária

Maria Rita Reis Mendes Pereira

ANEXO 2



Os concertos por alunos da EPABI são actividades curriculares de preparação dos jovens músicos

Escola Profissional de Artes da Beira Interior **COM CRÉDITOS FIRMADOS EM TODO O PAÍS**

A Escola Profissional de Artes da Beira Interior (EPABI) já tem créditos firmados em todo o País. Mas, os problemas surgem da falta de espaço e de

salas de aula.

Os alunos vêm de vários pontos do País, o que denota bem o nível pedagógico alcançado. Contudo, é mais solicitada por outros alunos fora do concelho da

Covilhã.

A Escola é também considerada um "alvo político, um alvo cobicado", como afirma Luís Cipriano, director da Orquestra da EPABI.

Há já vários

concertos programados para a cidade e concelho da Covilhã, Lisboa, Faro e Madeira. E há possibilidade de ser programada uma ida a Roma.

ANEXO 3



Orquestra profissional na Covilhã

NASCERÁ na Covilhã a primeira orquestra formada por músicos profissionais no interior do país, denominada Ars Antiqua e dedicada ao repertório de música barroca e início do período clássico. O concerto de estreia está marcado para a sala de exposições da Biblioteca Municipal às 21h30, e o programa é constituído por obras de Biber (Sonata XI e Mensa Sombra parte I), Purcell (Mboris Revenge) e

Mozart (Sinfonia de Salzburg). Formada maioritariamente por professores da EPABI (Escola Profissional de Artes da Beira Interior) e dirigida pelo primeiro concerto por António Ramos, a Ars Antiqua é a segunda orquestra barroca a surgir em Portugal. A data sublinhar instrumentos e técnicas da época, procurando interpretar obras dos séculos XVII e XVIII com autenticidade e

fidelidade ao espírito daquele período. A orquestra, que vai ter um número variável de elementos consoante cada programa, contará com 10 músicos no concerto de hoje, cuja obras serão interpretadas por violino, violoncelo, viola, contrabaixo e cravo.

Apesar de ser independente da EPABI, a orquestra vai receber apoio logístico da escola covilhanense, cuja direcção vê na Ars Antiqua

mais um passo para a divulgação da música e o desenvolvimento cultural do interior do país.

António Ramos, um dos mentores da Ars Antiqua, considera que a criação da segunda orquestra barroca do país corresponde a mais

um impulso para a afirmação da região, no domínio musical e garante que a Covilhã será o quartel-general da orquestra, desde que não faltar as condições

A Ars Antiqua, que já tem concertos de apresentação previstos para Lisboa, Porto e Coimbra, "não é uma orquestra qualquer, sendo composta por elementos conhecidos a nível nacional e que se têm dedicado ao estudo da música antiga", diz António Ramos, apontando a título de exemplo o nome de Olivera e Silva, um dos músicos portugueses mais arden- ciados nesse domínio.

RECONQUISTA- 12 DE JANEIRO DE 2001

Orquestra barroca nasce na Covilhã

ARS Antiqua dá concerto de estreia

A Orquestra barroca Ars Antiqua, dirigida por António Ramos, realiza o seu concerto de estreia sexta-feira, 12 de Janeiro, pelas 21H30, na sala de exposições da Biblioteca Municipal da Covilhã. O programa integra Fidiolum Sacro-Profanum (Sonata XI) e mensa Sonora (Parte I) de Biber, Abdelazer (Moor's Revenge) de Henry Purcell, ambos compositores do século XVII e a sinfonia em Fá KV 138 de Mozart (sinfonia de Salzburgo).

Refira-se que a orquestra Ars Antiqua é a primeira orquestra profissional no Interior do país e a segunda em Portugal especializada em música dos períodos barroco e início do clássico. Constituída na sua base por professores da Epabi, esta orquestra vai dedicar-se aos compositores dos séculos XVII e XVIII. Para o efeito irá utilizar instrumentos e técnicas da época, procurando deste modo dar uma maior autenticidade e rigor na interpretação da ideia original dos compositores.

ANEXO 4

Somos quatro alunas finalistas da Escola Profissional de Artes da Beira Interior que, tendo que realizar a Prova de Aptidão Profissional (P.A.P.), decidimos que esta deveria Ter como principal objectivo dinamizar a cultura e o intercâmbio musical na nossa cidade.

Ocorreu-nos então a ideia de organizar um Festival de Música de Câmara que englobasse grupos de alunos de todas as Escolas Profissionais de Música do país.

Depois de aprovada a ideia entre as quatro, decidimos apresentar um Ante - Projecto à Direcção da E.P.A.B.I.. A ideia foi apreciada e foi-nos dada luz verde para levarmos este projecto a cabo. Estipulámos por isso as datas em que o mesmo se iria realizar: de 13 a 28 de Maio de 2000.

Temos de confessar que foi um projecto algo trabalhoso de concretizar, mas que nos deu um enorme prazer, visto que pretendíamos realizar algo de importante para a nossa Prova Final de Curso.

Esperamos que todos tenham apreciado, pois foi com esse objectivo que realizámos o "1 Festival de Música de Câmara da Beira Interior".

Ano XII • nº 595 • 11 de Maio de 2000

Directora
Teresa Antunes

Sai à 5ª feira
110\$00 IVA incluído
E mail:

gazeta.interior@mail.telepac.pt

Porte Pago

GAZETA

DO INTERIOR

MÚSICA DE CÂMARA

Alunos promovem festival

Terá início no próximo sábado o I Festival de Música de Câmara da Beira Interior. A iniciativa, organizada por um grupo de alunos finalistas da Escola Profissional de Artes da Beira Interior, faz parte da Prova de Aptidão Profissional que os alunos terão de realizar para termina-

rem o Curso de Instrumento.

O objectivo é promover o intercâmbio cultural e musical entre as escolas profissionais de música do País. A iniciativa engloba a realização de concertos na Igreja da Misericórdia, entre os dias 13 e 28 de Maio.

Entre as escolas convidadas

contam-se as de Évora, Espinho, Mirandela, Almada e Viana do Castelo.

A iniciativa, apoiada pela Câmara da Covilhã, Prodep, Epabi e Covilhã Parque Hotel, pretende focar as diferentes épocas da História da Música e os diferentes instrumentos existentes.

Tortosendo

I CURSO DE MÚSICA DE CÂMARA DA BEIRA INTERIOR

Clássicos revisitados

Com a duração de cinco dias, o I Curso de Música de Câmara da Beira Interior, culminou numa brilhante actuação de todos os elementos envolvidos no projecto. Schubert, Beethoven, Haydn, Verdi e Dvorak, foram, apenas, alguns dos compositores visitados pelos 46 alunos de música na noite de quinta-feira, 20.

Com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos, os músicos emprestaram ao Auditório dos Unidos do Tortosendo, uma aura solene, digna de qualquer sala

ou coliseu do País. A iniciativa, enquadrada no trabalho final do 12º ano, foi levada a cabo por quatro alunas da Escola Profissional de Artes da Beira Interior (EPABI) e contou com a participação de professores de música do resto do país.

"Uma prova de que a escola fornece aos alunos, não só, uma formação musical, mas também uma capacidade organizativa que permite a realização destes eventos", comenta Maria do Rosário Pinto da Rocha, vereadora da Cultura na Câmara da Covilhã. Patrícia Carvalho, uma das

organizadoras, salientava no final, "a importância e interesse do intercâmbio de experiências", proporcionado pelo contacto com novos professores. António Anjos (cordas), Carlos Pissarra (madeiras), José Carneiro (Metais) e Pedro Carneiro (percussão), foram, então, os mestres do espectáculo que se desenrolou em duas partes distintas. Uma primeira que privilegiou as cordas e, a segunda, mais rica em percussões e metais.

Alexandre S. Silva



O I Curso de Música de Câmara foi organizado por alunas da EPABI

ESCOLA PROFISSIONAL DE ARTES

DA BEIRA INTERIOR

RECITAL DE TROMPETE

PROVA DE APTIDÃO

PROFISSIONAL

DIA 12/04/99 - 21.30H

SALÃO NOBRE DA C.M.C.

PROVA DE APTIDÃO PROFISSIONAL DE TROMPETE

I Parte

Legende Heroique.....Jules Mouquet

** Concerto em MibJ. N. Hummel*

1.º Andamento

Premier Solo de ConcertPaul Rougnon

II Parte

Capriccioso.....Paul Jean Jean

ConcertinoEnnio Porrino

*Trompete: João Aibéo
 * Sérgio Charrinho*

Classe do professor: Fernando Ribeiro

Piano: Afonso Malão

ANEXO 5

CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO DE FORMADOR

Para os devidos efeitos se certifica que, ao abrigo do artigo 31º, nº3, do Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores, anexo ao Decreto-Lei nº207/96, de 2 de Novembro, o Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua atribuiu o estatuto de formador a

MARIA ADÉLIA GONÇALVES MARTINS DE ABRUNHOSA

nos termos que constam no respectivo Certificado de Registo.

Braga, 14 de Setembro de 1998

O Presidente do CCPFC



(Sérgio Machado dos Santos)

ANEXO 6

CONCURSO PARA PROFESSOR TITULAR

ESCOLAS MARQUESA DE ALORNA - 171360 - Índices 299 ou 245

Nos termos do n.º 2 do art. 19.º do Decreto-Lei n.º 200/2007 de 22 de Maio, é publicada a lista de classificação final dos candidatos ao concurso de acesso à categoria de professor titular dos candidatos posicionados nos índices 299 ou 245.

O Júri

ANO ESCOLAR 2007

LISTA DEFINITIVA DE CLASSIFICAÇÃO

Escola: 171360 - Escolas Marquesa de Alorna

Departamento: Expressões

Vagas criadas: 4

Vagas adicionais resultantes de empates entre candidatos: 0

Posição	Número de Candidato	Nome do Candidato	Classificação	Resultado
1	332493991	LUIS MANUEL PERES PEREIRA	148	Provido
2	6855040748	MARIA ADELIA GONCALVES MARTINS DE ABRUNHOSA	143	Provido
3	5886492123	ANA RITA SOARES SILVA SIQUEIRA COSTA	82	Provido
4	6946925378	HELIA MARIA MANGUALDE VELEZ GRILO	70	Provido

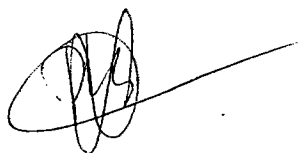
ANEXO 7

**VICERRECTORADO DE EXTENSIÓN
UNIVERSITARIA**

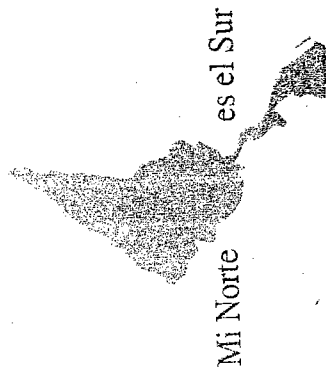
Plaza de Caldereros, 1.
10.071 CÁCERES
Teléfono: 927 257 088
Fax: 927 257 099

Dña. M^a Pilar Barrios Manzano, Directora del Curso de Verano de la Universidad de Extremadura **Patrimonio Musical Iberoamericano: Legado, Investigación y Transmisión**, hace constar que D/Dña. **María Adelia Gonçalvez Martins Abrunhosa** con DNI 6074251 ha participado como alumno de dicho curso celebrado en Conventual de San Benito de Alcántara (Cáceres) del día 12 al 15 de julio de 2005, con una asignación de 3 créditos de libre elección.

Y para que conste y surta efecto donde proceda, firmo el presente certificado a 15 de julio de 2005.



Fdo.: Dña. M^a Pilar Barrios Manzano



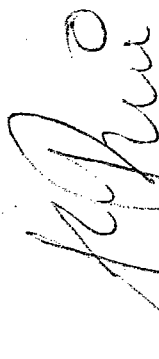
Mi Norte
es el Sur

CURSOS INTERNACIONALES IBEROAMERICANOS 2008

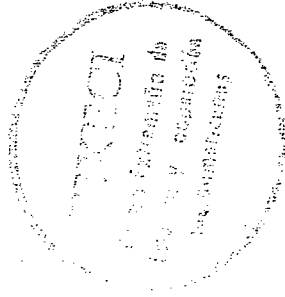
D/Dña.: MARIA ADÉLIA GONÇALVES MARTINS DE ABRUNHOSA,

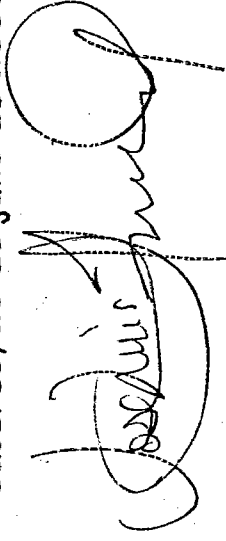
ha asistido con aprovechamiento al curso "**IMAGINARIOS: MEMORIA, DERECHOS HUMANOS, EXILIO Y EMIGRACIÓN...**", organizado por el Centro Extremeño de Estudios y Cooperación con Iberoamérica (CEXECI), perteneciente a la 9ª Edición de los Cursos Internacionales de Verano de la Universidad de Extremadura, aprobado en Consejo de Gobierno de 5 de mayo de 2008; el cual ha tenido lugar entre los días 21 al 25 de julio de 2008 en Cáceres (ESPAÑA) con una duración total de 25 horas (2,5 créditos).

Cáceres, 25 de julio de 2008


Fdo.: Miguel Rojas Mix

Director del CEXECI

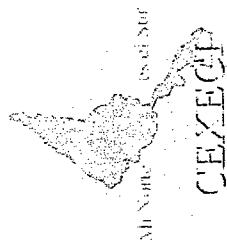




Fdo.: José Luís Gurriá Gascón
Secretario del Curso



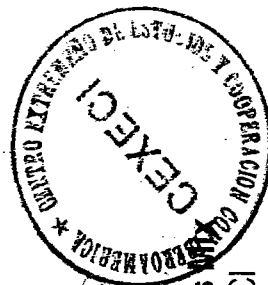
CÁCERES
2008



Cursos Internacionales Iberoamericanos 2008

Dña.: MARIA ADÉLIA GONÇALVES MARTINS DE ABRUNHOSA, ha asistido con aprovechamiento al curso "**DESARROLLO LOCAL TRANSFRONTERIZO EN IBEROAMERICA: HACIA UN ESTUDIO COMPARATIVO**", organizado por el Centro Extremeño de Estudios y Cooperación con Iberoamérica (CEXECI), perteneciente a la 9ª Edición de los Cursos Internacionales de Verano de la Universidad de Extremadura, aprobado en Consejo de Gobierno de 5 de mayo de 2008; el cual ha tenido lugar entre los días 28 al 30 de julio de 2008 en Cáceres (ESPAÑA) con una duración total de 25 horas (2,5 créditos).

Cáceres, 30 de julio de 2007



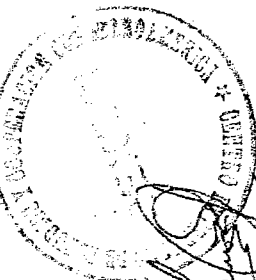
Miguel Rojas
Fdo.: **Miguel Rojas**
Director del CEXECI

José Luis Gurría Gascón

Fdo.: **José Luis Gurría Gascón**
Secretario del Curso

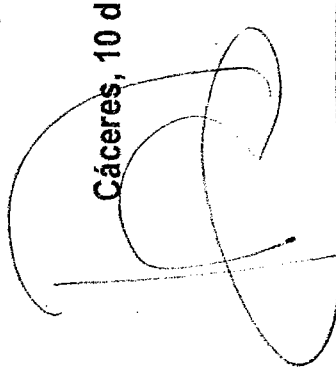
CURSOS INTERNACIONALES IBEROAMERICANOS 2009

Dña.: **MARIA ADELIA GONCALVES MARTINS**, ha asistido con aprovechamiento al curso "MIGRACIONES LATINOAMERICANAS EN EL CONTEXTO DE LA NUEVA CIVILIZACIÓN", organizado por el Centro Extremeño de Estudios y Cooperación con Iberoamérica (CEXECI), perteneciente a la 10ª Edición de los Cursos Internacionales de Verano de la Universidad de Extremadura, aprobado en Consejo de Gobierno de 19 de marzo de 2009; el cual ha tenido lugar entre los días 8 y el 10 de julio de 2009 en Cáceres (ESPAÑA), con una duración total de 20 horas (2 créditos).



Fdo.: **José Luis Gurría Gascón**
Director del CEXECI

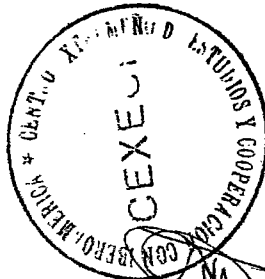
Cáceres, 10 de julio de 2009



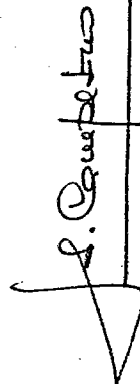
Fdo.: **Domingo Barbolla Camarero**
Director del Curso

CURSOS INTERNACIONALES IBEROAMERICANOS 2009

D^a.: MARÍA ADELIA GONCALVES MARTINS, ha asistido con aprovechamiento al curso "PATRIMONIO CULTURAL, TURISMO Y COOPERACIÓN CON IBEROAMÉRICA", organizado por el Centro Extremeño de Estudios y Cooperación con Iberoamérica (CEXECI), perteneciente a la 10^a Edición de los Cursos Internacionales de Verano de la Universidad de Extremadura, aprobado en Consejo de Gobierno de 19 de marzo de 2009. Dicho curso ha tenido lugar entre los días 20 y 24 de julio de 2009 en Cáceres (ESPAÑA), con una duración total de 30 horas y el reconocimiento de tres créditos de libre elección en los Planes de Estudio de la Universidad de Extremadura.

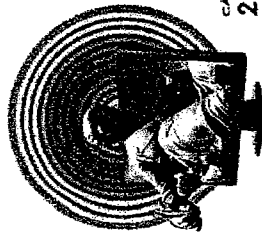


Cáceres, 24 de julio de 2009



Fdo.: José Luis Gurría Gascón
Director del CEXECI

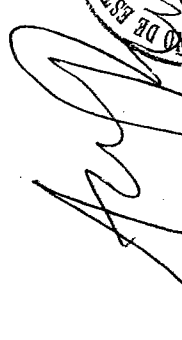
Fdo.: Antonio-José Campesino Fernández
Director del Curso



Cursos Internacionales Iberoamericanos 2008

Dña.: MARIA ADÉLIA GONÇALVES MARTINS DE ABRUNHOSA, ha asistido con aprovechamiento al curso "**EDUCACIÓN Y SOCIEDAD**", organizado por el Centro Extremeño de Estudios y Cooperación con Iberoamérica (CEXECCI), perteneciente a la 9ª Edición de los Cursos Internacionales de Verano de la Universidad de Extremadura, aprobado en Consejo de Gobierno de 5 de mayo de 2008; el cual ha tenido lugar entre los días 14 al 18 de julio de 2008 en Cáceres (ESPAÑA) con una duración total de 25 horas (2,5 créditos).

Cáceres, 18 de julio de 2007


Fdo.: **Miguel Rojas**
Director del CEXECCI


Fdo.: **José Luis Gurriá Gascón**
Secretario del Curso





Pilar Barrios Manzano, con DNI 6960949-E, en calidad de Directora del Congreso Internacional "Danza y Ritual en los Países Iberoamericanos"

CERTIFICA:

Que Doña **Maria Adelia Gonçalves** ha participado con el póster *Ritual da Encomendação das Almas. Uma Dança?* en el Congreso Internacional "Danza y Ritual en los Países Iberoamericanos" celebrado durante los días 13, 14 y 15 de Octubre en la ciudad de Cáceres (España).

Y para que conste firmo la presente certificación en Cáceres a 15 de Octubre de 2010.



Pilar Barrios

Directora del Congreso



Víctor López

Decano de la Fac. Formación del Profesorado

DANZAY RITUAL EN LOS
PAISES IBEROAMERICANOS

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Serviço de Música

DECLARAÇÃO

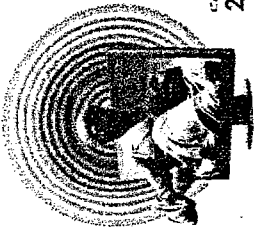
Declara-se que MARIA ADÉLIA MARTINS ABRUNHOSA esteve presente como aluno ouvinte no Seminário de Composição, orientado pelo Professor Emmanuel Nunes e promovido pelo Serviço de Música da Fundação Calouste Gulbenkian de 17 a 21 de Fevereiro de 1997 na sua sede em Lisboa.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 1997

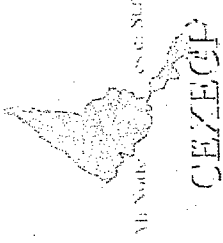


LUÍS PEREIRA LEAL

Director



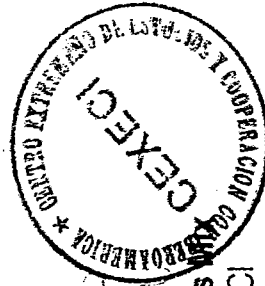
CÁCERES
2008



Cursos Internacionales Iberoamericanos 2008

Dña.: MARIA ADÉLIA GONÇALVES MARTINS DE ABRUNHOSA, ha asistido con aprovechamiento al curso "DESARROLLO LOCAL TRANSFRONTERIZO EN IBEROAMERICA: HACIA UN ESTUDIO COMPARATIVO", organizado por el Centro Extremeño de Estudios y Cooperación con Iberoamérica (CEXECI), perteneciente a la 9ª Edición de los Cursos Internacionales de Verano de la Universidad de Extremadura, aprobado en Consejo de Gobierno de 5 de mayo de 2008; el cual ha tenido lugar entre los días 28 al 30 de julio de 2008 en Cáceres (ESPAÑA) con una duración total de 25 horas (2,5 créditos).

Cáceres, 30 de julio de 2007



Fdo.: Miguel Rojas
Director del CEXECI

Fdo.: José Luis Gurría Gascón
Secretario del Curso

Académie Internationale de Musique de Palma de Majorque 1999

Nous certifions par le présent diplôme que :

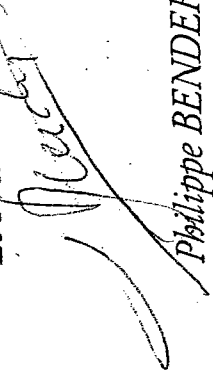
Maria Adelia GONCALVES MARTINS

a suivi du 28/08/99 au 04/09/99 le stage de : Composition

avec le professeur Josep PROHENS JULIA

ART ET MUSIQUE EN MÉDITERRANÉE
Secrétariat : 1208, route des Lucioles
Espace Beethoven Bat. 3
06560 VALBONNE S.A. FRANCE
Tél. (33) 04.93.00.40.96 - Fax (33) 04.92.96.90.41

Le Président :


Philippe BENDER

Le professeur



ANEXO 8

Festival de música distingue prisões

Dezenas de reclusos subiram ao palco com temas de rock, rap e hip hop. Houve prémios em dinheiro, mas o objectivo foi promover as relações

Paula Cardoso
paula.cardoso@sol.pt

A VOZ rebelde de Rui (nome fictício) contesta, em rimas, «a realidade suja da sociedade». Elevada ao tom de um manifesto musical, a canção transmite pelas batidas de um rap aquilo que sente ser «a mais pura verdade»: a indiferença do mundo perante a 'sua' comunidade.

De ténis, calças de ganga e *sweatshirt*, Rui esconde por trás dos vinte e poucos anos um passado de crime e um presente de reclusão. A mesma realidade partilham os outros 61 artistas que na última quarta-feira participaram na final do Festival de Música Inter-prisões.

Na primeira fila da plateia, que juntou cerca de 100 espectadores, o SOL acompanhou, durante cinco horas, a XIV edição do espectáculo, realizado no Estabelecimento Prisional da Carregueira, em Sintra.

Mais de 25 cadeias

Organizado desde 1994 pela Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, o evento celebra anualmente a importância dos sons enquanto factor de integração social.

«A nossa experiência comprova que a música contribui para melhorar a auto-estima», diz ao SOL José Ricardo Nunes, subdirector dos Serviços Prisionais. Fazendo o balanço do projecto, o responsável observa que «a iniciativa ajuda a exercitar a criatividade e a desenvolver capacidades relacionais».



Alguns dos participantes na final do evento ganharam uma medalha

O efeito percebe-se nas interações de um palco que pretende ser uma plataforma para novas oportunidades. «Entrámos nisto pelo gosto», contou ao SOL J.P. - o jovem rasta do grupo de hip hop de Sintra RPG7 -, revelando o que se esconde por trás do nome artístico da banda: «*Rap Power Generation*». Em tradução literal: Geração do Poder Rap.

Autores do tema Liberdade, «para o qual todos os elementos do grupo contribuíram», o grupo de J.P. encerra outro enigma: porquê o sete no nome do grupo, se estavam apenas seis elementos em palco?

Na resposta - sugerida pelas palavras de agradecimento ouvidas antes e depois da actuação - J.P. lembra que, apesar de a professora dos RPG7 não subir ao palco, «também faz parte do grupo». A «stóia» Céu, como outro dos elementos da banda a apresentou em palco, desenvolve um projecto de cidadania e empregabilidade em Sintra, através do qual acompanha os ritmos do hip hop.

«Ajuda muito o facto de eles sentirem prazer naquilo que fazem», considera Céu Costa, reconhecendo que a preparação para o festival decorreu apenas nas duas semanas anteriores ao espectáculo. «Os ensaios começaram em Maio, mas depois meteram-se dois meses de férias» dos funcionários dos serviços prisionais.

Apesar do interregno,

os RPG7 foram distinguidos pela *performance* na final da Carregueira e regressaram a Sintra com 300 euros de incentivo financeiro - o prémio para a melhor interpretação.

Mas a maior das satisfações, garantem, foi «participar».

O prazer de subir ao palco e de quebrar a rotina de um dia-a-dia vivido entre muros, salta à vista e aos ouvidos de quem assiste

ao festival. Além da aposta em adereços improvisados - como gravatas vermelhas vestidas de forma propositadamente desleixada, ou *t-shirts* amarelas simbolicamente escolhidas para representar um grupo intitulado Vozes de Ouro -, os participantes esmeraram-se nos passos de dança.

Ao som de hip hop e de rap, alternado pelo ritmo frenético de guitarradas

de rock e até pela harmonia de notas de acordeão, as diferenças entre as actuações puseram a nu grandes distâncias ao nível da preparação.

CD com 10 bandas

«As condições variam muito consoante os estabelecimentos», confirma Regina Branco, directora-geral do Centro de Competências para o Ensino e Formação Profissional dos Serviços Prisionais. A responsável lembra que nem todos têm professores de música ou instrumentos para ensaiar.

Não é o caso dos 'Tass bem', de Lisboa, cuja participação no Festival «é levada muito a sério», segundo disse ao SOL um dos cinco membros do grupo. «A professora de música não nos largou», confirma outro elemento da banda que acumulou os prémios de melhor formação e melhor estabelecimento prisional no palco da Carregueira.

Sem acusarem o 'peso' da dupla vitória, os 'Tass bem' garantiram ao SOL





De Sintra, os RPG7 levaram a Carregueira a melhor interpretação da tarde. Ao som do hip hop, contagiaram o público com uns bem coordenados passos de dança

FOTOGRAFIA DE JOSÉ SÉRGIO

Modelos além-fronteiras

NA VENEZUELA, as autoridades confiam no poder da música para diminuir a mortalidade nas prisões do país, que com 20 mortos por cada 1000 reclusos é uma das maiores da América Latina.

A aposta nos sons para combater a violência nas prisões foi colocada em prática no passado dia 26 de Julho, quando a Orquestra Sinfónica Prisional, composta por reclusos de várias cadeias da Venezuela, deu um concerto no Teatro Teresa Carreño, um dos mais importantes de Caracas.

Apesar de a música ter sido adoptada como meio disciplinador pelo Sistema de Orquestras Juvenis – projecto social destinado a crianças e jovens – este é o primeiro mecanismo de reinserção social através da música que envolve a participação do Estado.

Sem intervenção estatal continua o modelo britânico, desenvolvido desde 1995 através da Organização Não Governamental Música nas Prisões. Criado pela inglesa Sara Lee, o projecto também aposta nos sons como factor de reinserção social.

Além do elemento de integração, a música também é defendida como terapia: os sons orientais foram de tal forma inspiradores para os reclusos de uma prisão irlandesa que, em 2005, estes acabaram por gravar um CD com esses ritmos.



O júri (à esquerda) teve dificuldade em escolher os vencedores. Um dos elementos da única participação feminina (no centro) e um momento de rock

que vão honrar as distinções com mais trabalho.

Aliás, não foi por terem ganhado o galardão de melhor letra, no festival do ano passado, que os lisboetas relaxaram nos preparativos para a competição de 2008.

«O festival acaba por funcionar como um estímulo a novas participações», nota Regina Branco, lembrando que os prémios em dinheiro permitem promover a iniciativa.

A par dos 300 euros ganhos pelos RPG7 e do dinheiro recebido pelos 'Tass bem' – 500 euros por melhor estabelecimento

prisional e 300 por melhor grupo – o Festival atribui ainda outros 300 euros à melhor letra do concurso.

Esta distinção, que em 2007 ficou em Lisboa, seguiu este ano para o Porto, transportada pela banda The Other Face. A música chama-se Volta e foi interpretado a cinco: «Os espelhos que atravesso, para ver o que já fui, metem sempre do avesso uma imagem que se dilui». E termina a falar do futuro: «Nada é fácil neste mundo quando estamos sós, mas a única saída tem de partir de nós».

Nessas reflexões escri-

tas, os especialistas encontram algumas das mais valias da promoção da música nas prisões.

«Ao trabalharmos as competências dos reclusos, estamos a preparar a sua ponte com o exterior», defende Eduarda Martins, técnica de Educação do Estabelecimento Prisional do Linhão – uma das 12 prisões finalistas da edição deste ano.

Para a única banda feminina do evento, proveniente de Santa Cruz do Bispo (Matosinhos), as condições de trabalho resumiram-se a um ensaio apressado na véspera do

festival. «Devíamos ter vergonha», brincam as reclusas, repetentes na participação. Habitadas a serem exceção num mundo dominado por homens, as duas cantoras interpretaram o tema A realidade de um Sonho e receberam a ovação da tarde. Entre asobios e piropos, a dupla saiu da Carregueira com as medalhas de participação, atribuídas a todos os concorrentes.

Nas histórias do Festival houve ainda tempo para uma menção honrosa ao grupo Portal dos Mensageiros. Com o tema Um Pouco de Amor, a banda do

estabelecimento anfitrião apresentou a sua fórmula de salvação da humanidade: mais paz.

Os Mensageiros pediram a ajuda de todos para erguer um mundo «sem racismo nem discriminação». E lembraram que «o Governo fala, fala», da mesma forma que também «o povo fala, fala». O problema, dizem, é que no final das conversas pouco resta do «falar, falar».

Para que dos festivais fiquem mais do que cantigas, a Direcção dos Serviços Prisionais gravou, em 2002, um CD não comercial, com 10 bandas. A ex-

periência pode voltar já no próximo ano.

Por enquanto há uma certeza: segundo Regina Branco, o número de participantes no festival subiu de apenas quatro grupos na edição de estreia para mais de 20 estabelecimentos concorrentes este ano. O sucesso da iniciativa diz a responsável, mede-se até pela forma como os reclusos lidam com os instrumentos. «No início parecia que só queriam fazer barulho», recorda, «hoje verifica-se uma preocupação com o aperfeiçoamento da prestação em palco».

ANEXO 9

CERTIFICACION ACADEMICA PERSONAL ESTUDIOS DE DOCTORADO

DATOS DEL ALUMNO/A:

Nombre y apellidos: MARÍA ADELIA GONÇALVES MARTINS DE ABRUNHOSA

DNI: 6074251

Fecha de nacimiento: 05-12-1962

Acceso: TÍTULO SUPERIOR EXTRANJERO (ACCESO DOCTORADO). Universidad: UNIVERSIDAD EXTRANJERA

Título de acceso: ESTUDIOS EXTRANJEROS

Programa de Doctorado: M751 LA EDUCACIÓN FÍSICA Y ARTÍSTICA

Departamento: DIDÁCTICA DE LA EXPRESIÓN MUSICAL, PLÁSTICA Y CORPORAL

Nº de expediente: 46

D. CÁNDIDO MURIEL PÉREZ, Jefe de la Sección de Becas y Tercer Ciclo, CERTIFICA que los datos que se reseñan a continuación son exactos, y reflejan el estado actual del expediente académico del alumno /a cuyos datos figuran en la cabecera de este documento.

PERÍODO DE DOCENCIA

CÓDIGO	CURSOS Y/O SEMINARIOS	CRÉD T	CURSO	CONV	CALIFICACIÓN
312510	LAS TÉCNICAS DE MUESTREO EN LA EDUCACIÓN Y EN LA INVESTIGACIÓN EDUCATIVA	3	F	04-05	SEP SOBRESALIENTE 9
312516	ESTRUCTURA DEL CONOCIMIENTO ARTÍSTICO	3	F	04-05	SEP SOBRESALIENTE 9
312517	EL DESARROLLO DE LA HABILIDAD ARTÍSTICA COMO TERAPIA.	3	F	04-05	SEP SOBRESALIENTE 9
312520	MODELOS DE INVESTIGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN MUSICAL	3	F	04-05	SEP SOBRESALIENTE 9
312521	LA MÚSICA DE TRADICIÓN ORAL EN EXTREMADURA	3	F	04-05	SEP NOTABLE 7,5
312534	PATRIMONIO MUSICAL IBEROAMERICANO. LEGADO INVESTIGACIÓN Y TRANSMISIÓN	3	M	04-05	SEP SOBRESALIENTE 9
312535	INVESTIGACIÓN, INTERPRETACIÓN Y DIFUSIÓN DEL PATRIMONIO MUSICAL	3	M	04-05	SEP SOBRESALIENTE 9
312536	MÉTODOS PARA LA INVESTIGACIÓN EN EDUCACIÓN MUSICAL	3	M	04-05	SEP NO PRESENTADO

TIPO	CRÉDITOS SUPERADOS
(F) FUNDAMENTAL	15,0
(M) METODOLÓGICA	6,0
Total	21,0

La superación de los créditos señalados acredita la superación del período de docencia de tercer ciclo de estudios universitarios.

CALIFICACIÓN MEDIA: NOTABLE (8,79)

PERÍODO DE INVESTIGACIÓN

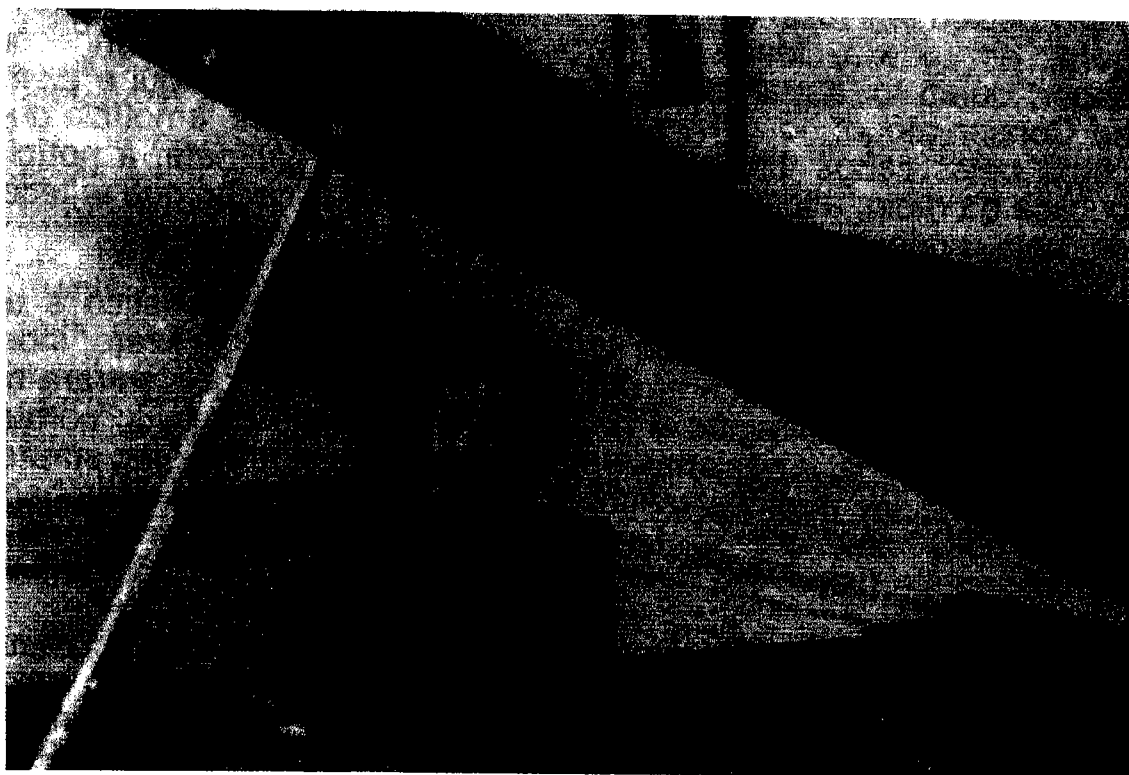
CÓDIGO	CURSOS Y/O SEMINARIOS	CRÉD T	CURSO	CONV	CALIFICACIÓN
312541	EDUCACIÓN MUSICAL	12	R	05-06	JUN SOBRESALIENTE 9

TIPO	CRÉDITOS SUPERADOS
Total	

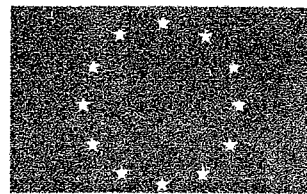
TESIS DOCTORAL leída el día , obteniendo la Calificación: .



ANEXO 10



ANEXO 11



CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

O Departamento do Ensino Secundário certifica que o(a) Sr.(a)
Professor(a) Manica Adélia Gonçalves Martins Alvarinho
participou no *Encontro Nacional do Ensino Especializado da Música*
realizado no Teatro da Trindade nos dias 19 e 20 de Janeiro.

Lisboa, 20 de Janeiro de 1998

O Director do Departamento
do Ensino Secundário

(Domingos Fernandes)

ANEXO 12



